



Relatório de Gestão 2020



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 5

1.1 Mensagem da Diretoria Executiva, 11

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO, 12

2.1 Quem Somos, 13

2.2 Nossa Estrutura Organizacional, 14

2.3 Nosso Capital Social e Composição Acionária, 23

2.4 Nosso Negócio, 24

2.5 Estrutura de Governança, 27

2.6 Modelo de Negócios, 28

2.7 Cadeia de Valor, 29

2.8 Políticas e Programas de Governo, 30

2.9 Ambiente Externo, 31

2.10 Materialidade, 32

2.11 Riscos, Oportunidade e Perspectivas, 33

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS, 34

3.1 Mapa Estratégico, 35

3.2 Apoio da Estrutura de Governança, 36

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO, 37

4.1 Resultados e Desempenho da Gestão, 38

DEMONSTRAÇÃO DA EFICIÊNCIA E CONFORMIDADE LEGAL, 41

5.1 Gestão de Pessoas, 42

5.2 Gestão de Licitações e Contratos, 54

5.3 Gestão Patrimonial e Infraestrutura, 57

5.4 Gestão da Tecnologia da Informação, 61

5.5 Sustentabilidade Ambiental, 68

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS, 72

6.1 Gestão Orçamentária e Financeira, 73

6.2 Informações Contábeis do Exercício 2020, 78

ANEXOS E APÊNDICES, 81

Lista de siglas e abreviações

ANTAQ	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
CDRJ	COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CGPAR	COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DE ADMINISTRAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS DA UNIÃO
CGU	CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO
CLT	CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO
D&O	DIRECTORS AND OFFICERS LIABILITY INSURANCE
ESG	AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA
FGTS	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO
ICMS	IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS
IDA	ÍNDICE DE DESEMPENHO AMBIENTAL
IEA	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA
IEO	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA OPERACIONAL
IGAP	ÍNDICE DE GESTÃO DAS AUTORIDADES PORTUÁRIOS
IGG	ÍNDICE INTEGRADO DE GOVERNANÇA E GESTÃO
IPTU	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO
IPVA	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
LGPD	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
MINFRA	MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
MP	MEDIDA PROVISÓRIA
ODS	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PCCFC	PLANO DE CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES DE CONFIANÇA
PCES	PLANO DE CARREIRAS, EMPREGOS E SALÁRIOS
PDTI	PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
PDV	PROGRAMA DE DEMISÃO VOLUNTÁRIA
PDZ	PLANO DE DESENVOLVIMENTO E ZONEAMENTO PORTUÁRIO
PESTEL	POLÍTICAS, ECONÔMICAS, SOCIAIS, TECNOLÓGICAS, AMBIENTAIS E LEGAIS
PNLP	PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA PORTUÁRIA
PUCS	PLANO UNIFICADO DE CARREIRAS E SALÁRIOS
RH	RECURSOS HUMANOS
SE	SECRETARIA EXECUTIVA
SEI	SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES
SEST	SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS
SFC	SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO
SGAD	SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ACESSO DOCAS
SIC	SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO
SIED	SISTEMA ELETRÔNICO DE DOCUMENTAÇÃO
SISP	SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
SNPTA	SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
STN	SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL
TCU	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
TEU	UNIDADE EQUIVALENTE A 20 PÉS UTILIZADA PARA CALCULAR O VOLUME DE UM CONTÊINER
VTMIS	VESSEL TRAFFIC MANAGEMENT INFORMATION SYSTEM



Apresentação e Mensagem da Diretoria Executiva



O Relatório de Gestão divulga aos acionistas, órgãos de controle, clientes internos e externos, e à sociedade em geral, a forma da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) operar e gerir seus negócios. Objetivando demonstrar nossa criação de valor por meio dos resultados alcançados na operacionalização de nossos portos, os responsáveis pela gestão dos recursos públicos da Companhia apresentam a prestação de contas de 2020, em conformidade com a legislação vigente e alinhada aos princípios do Relatório Integrado.

O Relatório é dividido em capítulos que buscam trazer, de forma concisa e direta, informações financeiras, sobre gestão de pessoas, governança corporativa e as áreas operacionais que, juntas, produzem o capital da Companhia Docas do Rio de Janeiro.





Francisco Laranjeira

O vice-almirante reformado Francisco Antonio de Magalhães Laranjeira é o Diretor-Presidente da Companhia Docas do Rio de Janeiro, desde 18 de fevereiro de 2019. Ingressou na Marinha do Brasil em 1968 e, em sua formação militar, passou pela Escola de Guerra Naval – EGN e por Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra, além de ter assumido, nos últimos anos, o cargo de Diretor-Presidente da Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON.

Mário Povia

Mário Povia é Diretor de Gestão Portuária da Companhia Docas do Rio de Janeiro desde setembro de 2020. Servidor de carreira da ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), exerceu o cargo de Diretor-Geral da Agência em dois mandatos, além de ter ocupado os cargos de Assessor da Superintendência de Portos, Assessor Técnico da Diretoria de Regulação, Superintendente Substituto de Fiscalização e Coordenação das Unidades Administrativas Regionais e Superintendente dos Portos.



Jean Paulo

Bacharel em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Uberlândia, MBA com Especialização em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), Especialização em Orçamento Público e Planejamento pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Mestre em Administração Pública pela Escola de Políticas Públicas Lee Kuan Yew (LKYSPP) da Universidade Nacional de Cingapura. Servidor público do Ministério da Economia desde 2011, cedido em junho de 2019 para a CDRJ para liderar a área de negócios e sustentabilidade da empresa. Antes de ingressar na Administração Pública Federal, atuou por dezessete anos no setor privado, em empresas de grande porte da indústria de telecomunicações, em áreas como gestão de projetos; negócios corporativos; parcerias e alianças; gerência de produtos; e planejamento de marketing. Em seus oito anos de trajetória na administração pública, ocupou posições de liderança em governança de empresas estatais, governo digital, gestão portuária e aeroportuária.





Indalecio Alvarez

Indalecio Castilho Villa Alvarez, Diretor Administrativo-Financeiro da Companhia Docas do Rio de Janeiro, desde setembro de 2020, é Vice-Almirante da reserva do Corpo de Intendentes da Marinha. Ingressou na Marinha do Brasil em 1969, tendo servido em diversas organizações operativas, logísticas e de Estado-Maior. Foi promovido ao posto mais elevado no CIM em 2009, quando exerceu o cargo de Diretor de Administração da Marinha. Foi membro dos Conselhos da EMGEPRON, onde também foi Diretor de Administração e Finanças. Realizou os cursos de carreira na Marinha com destaque para o curso de Política e Estratégia Marítima e Mestrado em Economia e Gestão Empresarial, concluído em 2016, UCAM-RJ.

Mensagem da Diretoria Executiva

O ano de 2020 foi marcado pelos enormes desafios enfrentados pelo mundo em razão do inesperado surgimento da pandemia de Covid-19. Nesse contexto, a CDRJ precisou enfrentar a situação com criatividade e diligência, obtendo excelentes resultados operacionais e financeiros. As equipes apresentaram um elevado nível de engajamento, mostrando seu comprometimento com a Companhia neste momento adverso.

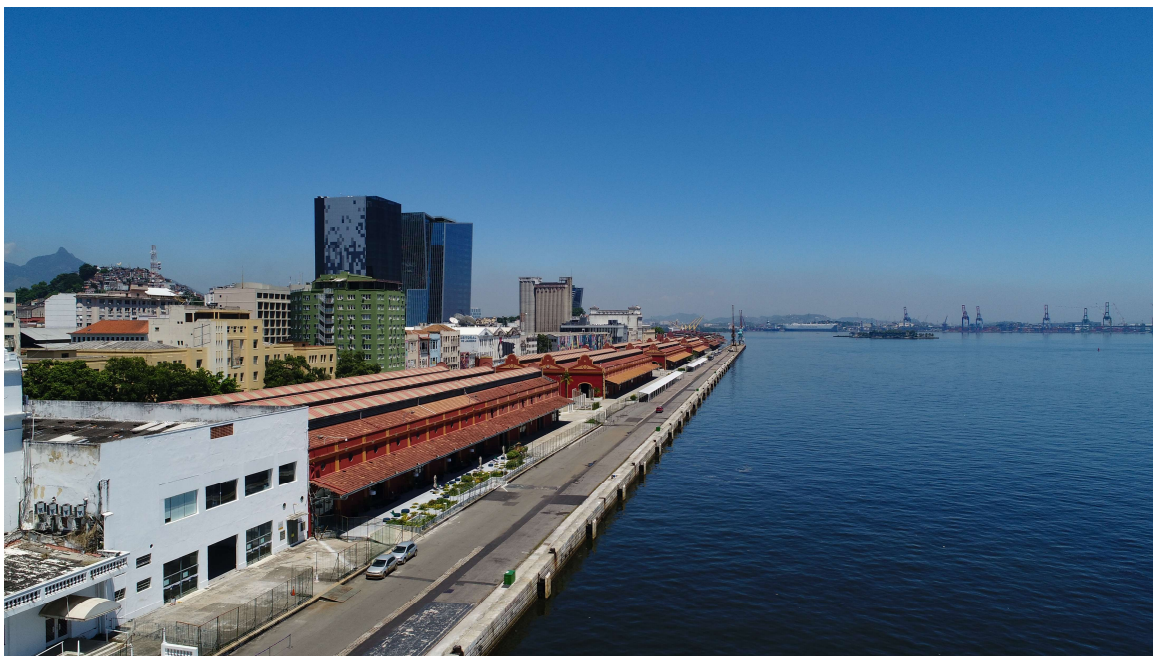
Buscamos adequar nossos serviços às demandas impostas, dentro de uma nova realidade de mercado, onde colhemos resultados positivos que garantiram a continuidade do negócio e o aperfeiçoamento da governança da CDRJ.

A Companhia Docas do Rio de Janeiro, desta forma, se reposiciona como protagonista nas ações de provisão de infraestrutura e na viabilização das operações portuárias com segurança e eficiência, assumindo sua principal missão, na qualidade de Autoridade Portuária, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico regional, ao tornar os portos sob sua gestão competitivos e atraentes para a viabilização de novos empreendimentos.



Visão Geral da Organização e Ambiente Externo





Quem somos

A CDRJ, atualmente vinculada ao Ministério da Infraestrutura, é uma empresa pública controlada pela União que, no exercício da função de Autoridade Portuária no Complexo Portuário do Estado do Rio de Janeiro, abrange os Portos do Rio de Janeiro, de Itaguaí, de Niterói e de Angra dos Reis, tendo por competência fundamental o desenvolvimento da cadeia logística e do transporte marítimo.

As atividades desenvolvidas pela Companhia Docas do RJ impactam na infraestrutura nacional e no desenvolvimento econômico do país e estão em conformidade com o Plano Nacional de Logística Portuária – PNLP, e em atendimento à Lei 12.815/13 (Lei dos Portos) e ao Decreto 8.033/13, que a regulamenta.

MISSÃO

Garantir a efetividade operacional dos seus portos com sustentabilidade, competitividade das operações e foco na satisfação dos usuários, como agente de desenvolvimento sócio econômico e ambiental.

VISÃO

Até 2020, ser reconhecida como a autoridade portuária referência no que tange à gestão portuária e agregação de valor ao usuário, com sustentabilidade econômico-financeira e ambiental.

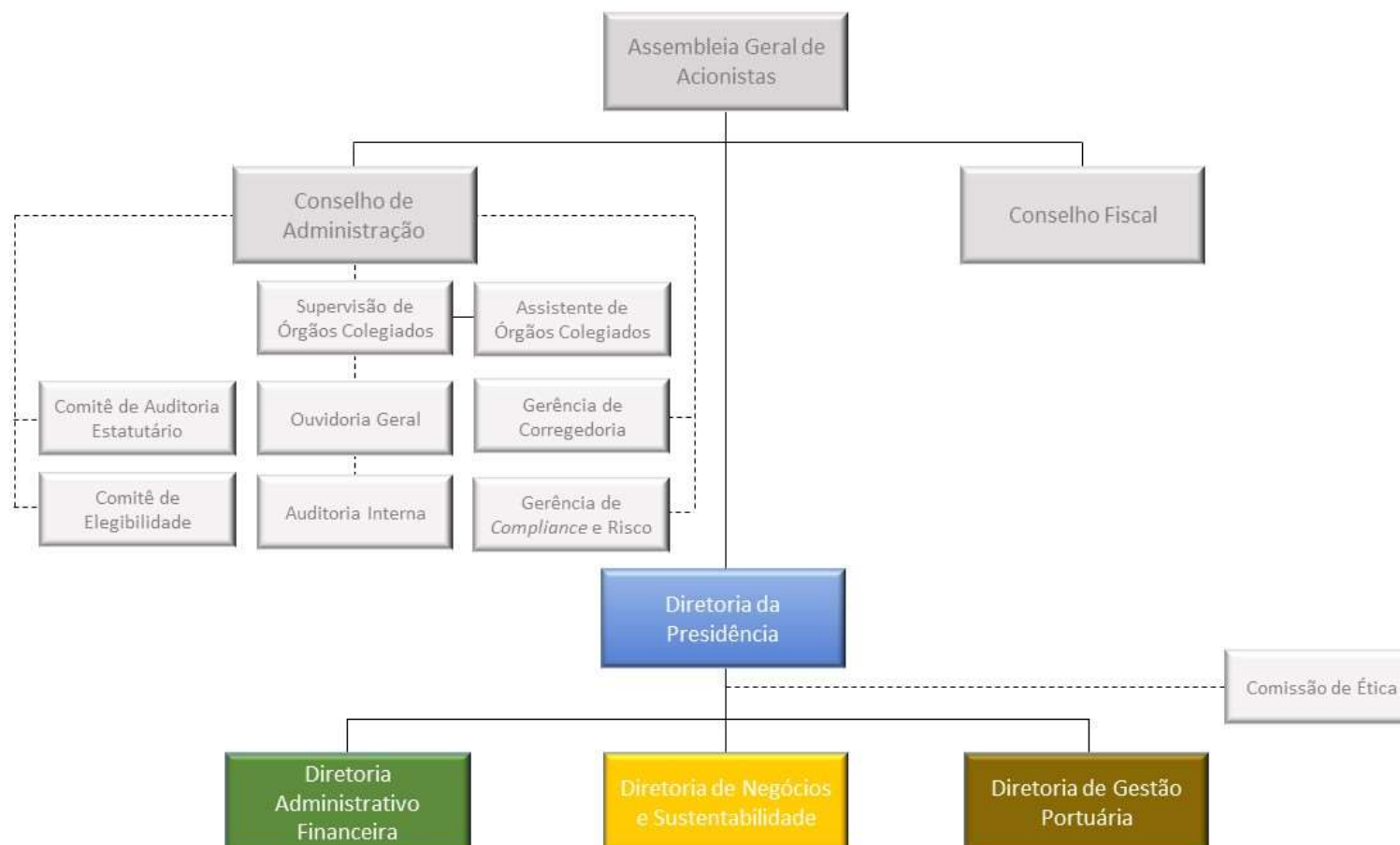
VALORES

- Valorização do Capital Humano
- Comprometimento
- Transparência
- Foco na Satisfação do Cliente
- Responsabilidade Socioambiental
- Ética
- Inovação

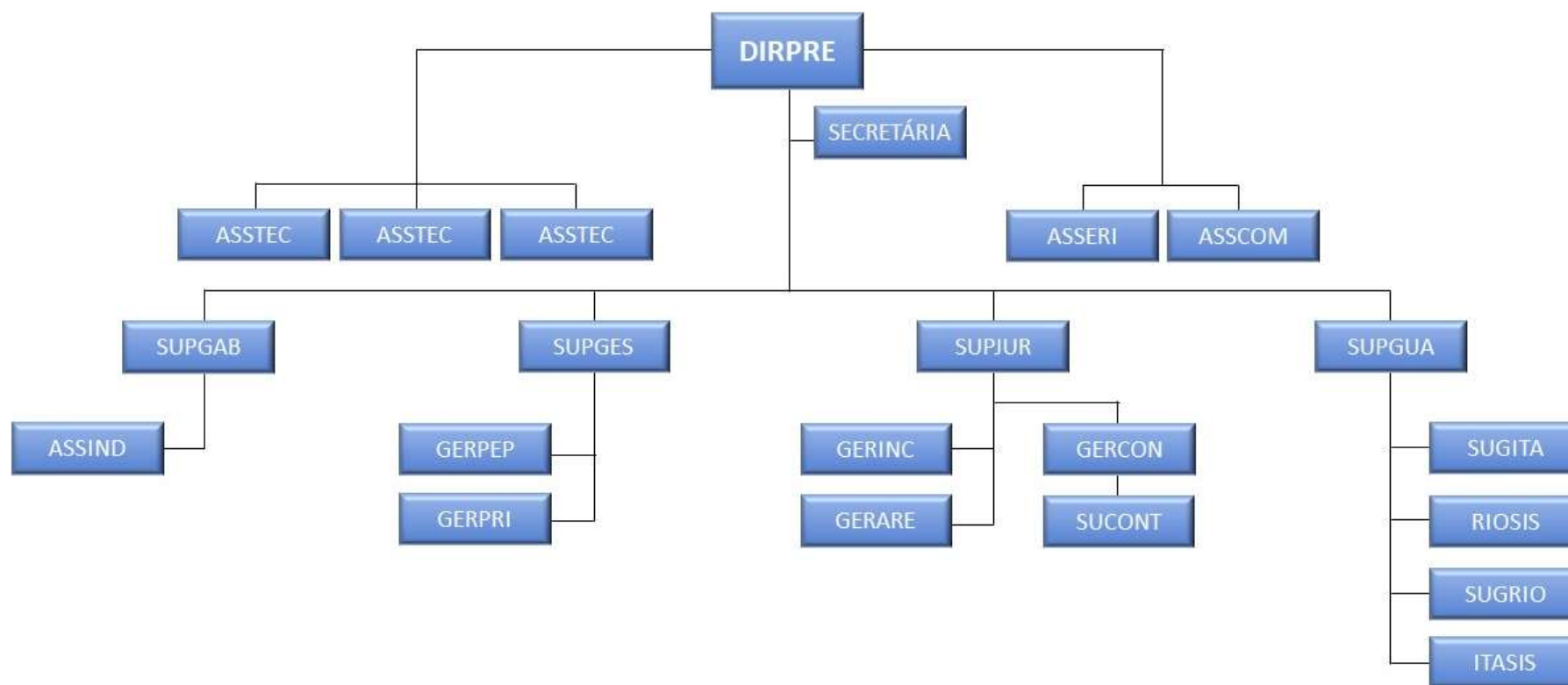
Nossa Estrutura Organizacional

Para o alcance dos objetivos traçados e conseqüente cumprimento de nossa missão, a CDRJ tem buscado estabelecer uma estrutura organizacional coerente e que obedeça aos princípios legais, definindo com clareza os níveis hierárquicos e as relações entre líderes e liderados, o que possibilita ter uma visão mais ampla sobre a distribuição dos recursos nas diversas áreas.

Observe a imagem e os demais organogramas por diretoria, nas páginas seguintes:



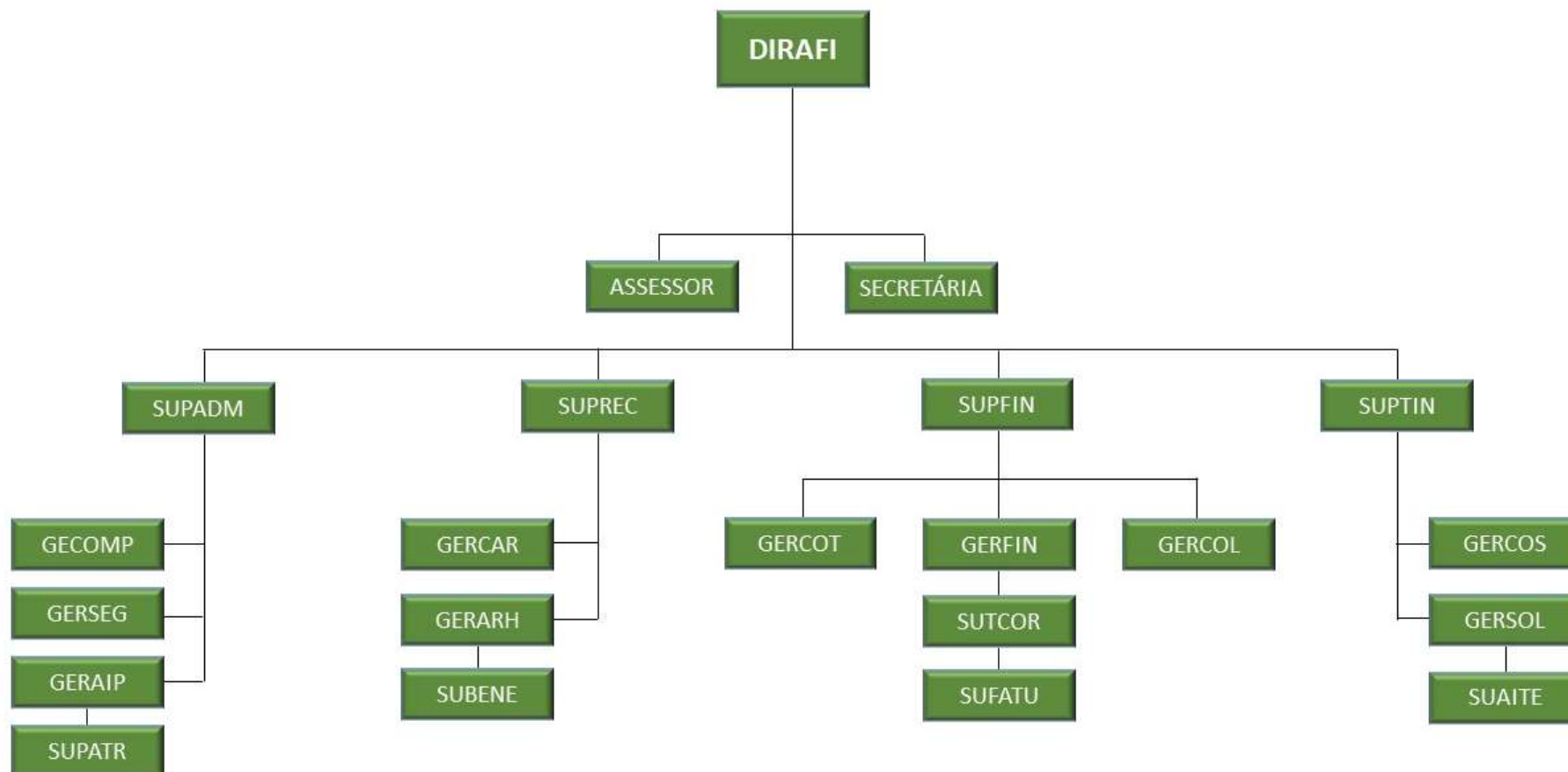
Diretoria da Presidência DIRPRE



Descrição das siglas

CONSAD	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
AUDINT	Superintendência de Auditoria Interna
OUVGER	Gerência de Ouvidoria Geral
GERCOP	Gerência de <i>Compliance</i> e Riscos
SUOCOL	Supervisão de Órgãos Colegiados
ASSORG	Assistente de Órgãos Colegiados
GERCOR	Gerência de Corregedoria
COAUD	Comitê de Auditoria Estatutário
DIREXE	DIRETORIA EXECUTIVA
DIRPRE	DIRETORIA DA PRESIDÊNCIA
ASSTEC	Assessoria Técnica
ASSERI	Assessoria de Relações Institucionais
ASSCOM	Assessoria de Comunicação Social
SUPGAB	Superintendência de Gabinete da Presidência
ASSIND	Assistente Sênior de Sindicância
SUPGES	Superintendência de Gestão Estratégica
GERPEP	Gerência de Planejamento Estratégico e Projetos
GERPRI	Gerência de Gestão de Processos e Indicadores
SUPJUR	Superintendência Jurídica
GERINC	Gerência de Instrumentos Contratuais
GERARE	Gerência de Assuntos Regulatórios
GERCON	Gerência de Contencioso
SUCONT	Supervisão de Contencioso Civil/Trabalhista
SUPGUA	Superintendência da Guarda Portuária
SUGITA	Supervisão da Guarda Portuária do Porto de Itaguaí e Angra dos Reis
RIOSIS	Supervisão de Inteligência de Segurança do Porto do Rio de Janeiro e Niterói
SUGRIO	Supervisão da Guarda Portuária do Porto do Rio de Janeiro e Niterói
ITASIS	Supervisão de Inteligência de Segurança do Porto de Itaguaí e Angra dos Reis

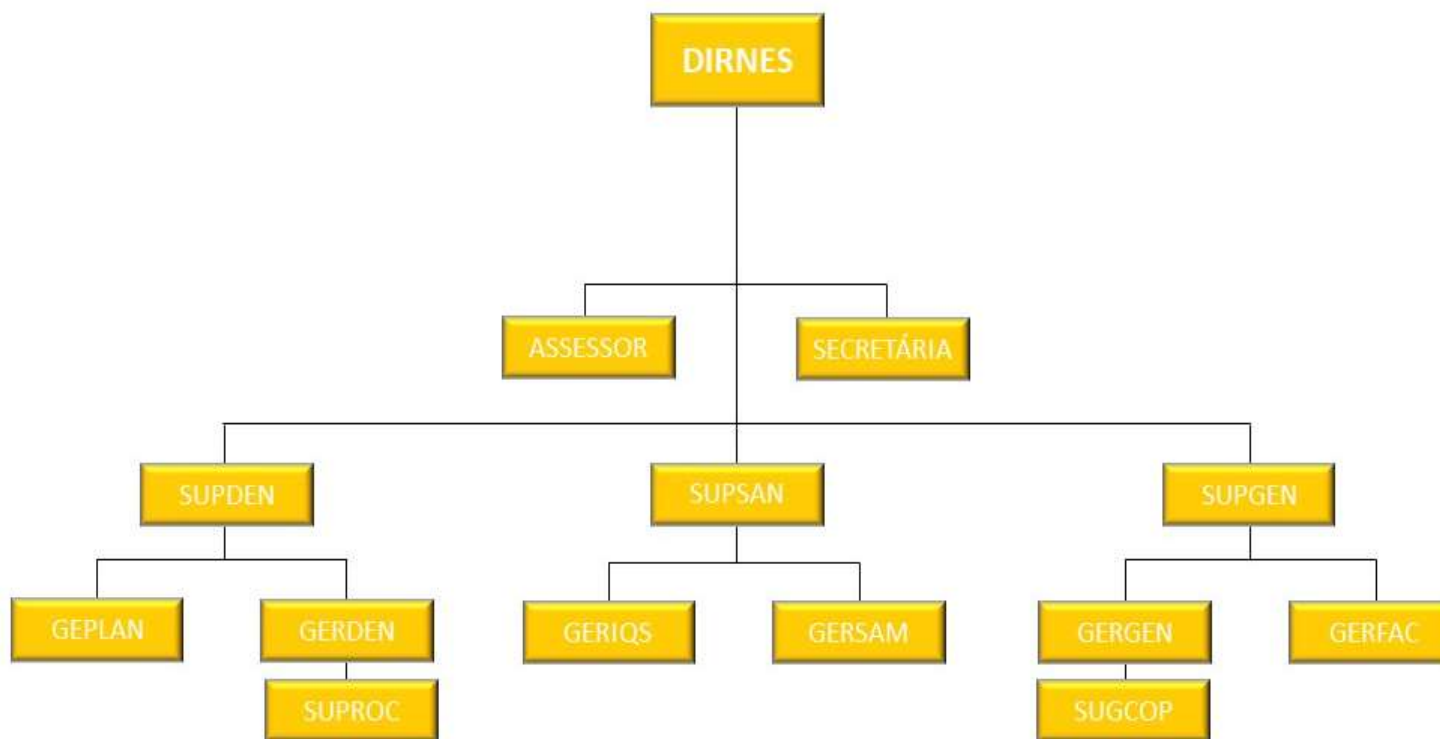
Diretoria Administrativo Financeira DIRAFI



Descrição das siglas

DIRAFI	DIRETORIA ADMINISTRATIVO FINANCEIRA
SUPADM	Superintendência de Administração
GECOMP	Gerência de Compras
GERSEG	Gerência de Serviços Gerais
GERAIP	Gerência de Gestão de Ativos Imobiliários e Patrimônio
SUPATR	Supervisão de Patrimônio
SUPREC	Superintendência de Recursos Humanos
GERCAR	Gerência de Gestão de Carreira
GERARH	Gerência de Administração de Recursos Humanos
SUBENE	Supervisão de Benefícios
SUPFIN	Superintendência de Finanças
GERFIN	Gerência de Gestão Financeira
SUTCOR	Supervisão de Tesouraria e Contas a Pagar
SUFATU	Supervisão de Faturamento
GERCOT	Gerência de Contabilidade
GERCOL	Gerência de Controladoria
SUPTIN	Superintendência de Tecnologia da Informação
GERCOS	Gerência de Estruturação e Construção de Soluções
GER SOL	Gerência de Operação de Soluções
SUAITE	Supervisão de Apoio à Infraestrutura e Telecomunicações

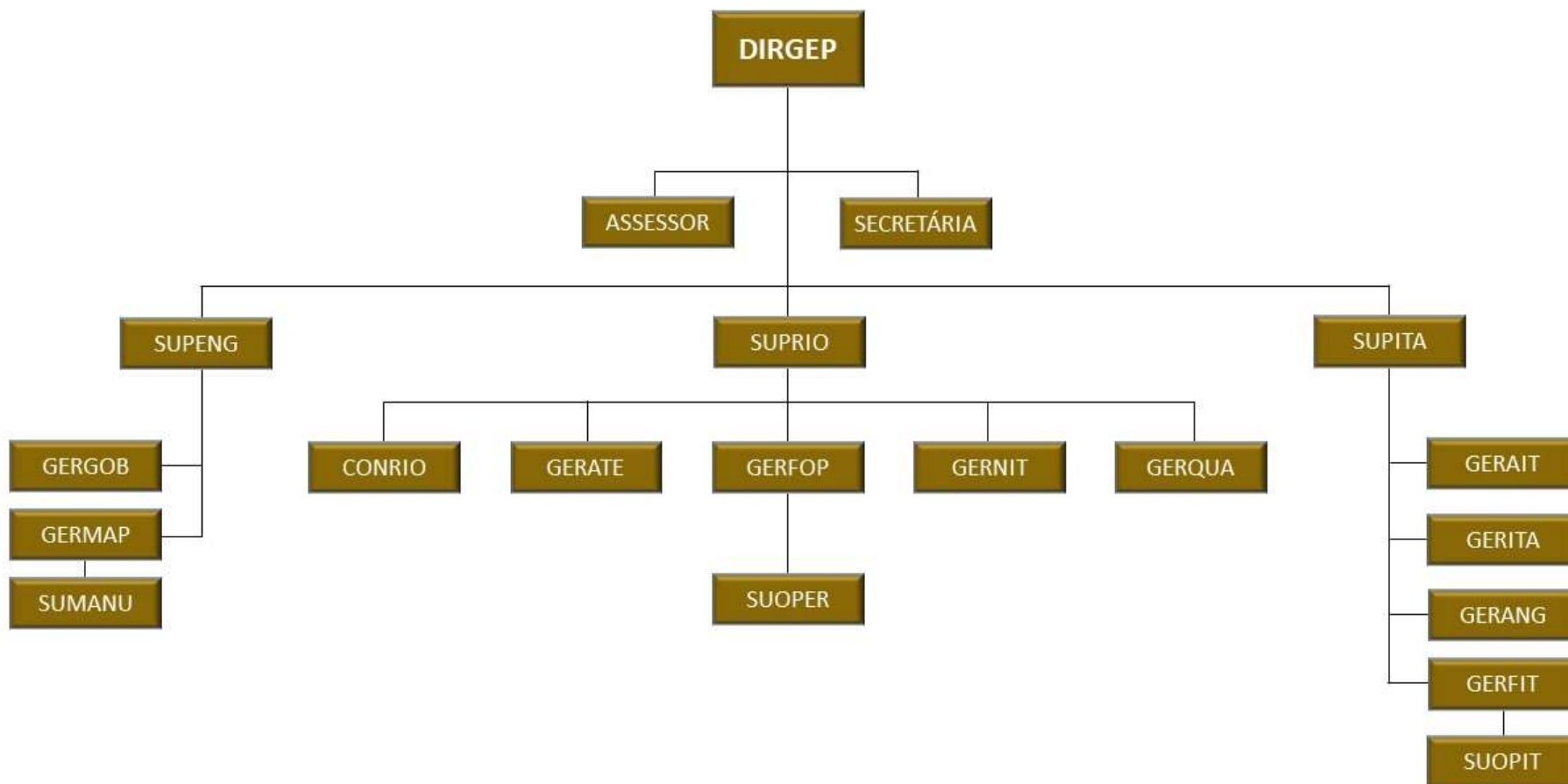
Diretoria de Negócios e Sustentabilidade DIRNES



Descrição das siglas

DIRNES	DIRETORIA DE NEGÓCIOS E SUSTENTABILIDADE
SUPDEN	Superintendência de Planejamento e Desenvolvimento de Negócios
GEPLAN	Gerência de Planejamento de Negócios
GERDEN	Gerência de Desenvolvimento de Negócios
SUPROC	Supervisão de Promoção Comercial
SUPSAN	Superintendência de Sustentabilidade do Negócio
GERIQS	Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade Operacional
GERSAM	Gerência de Responsabilidade Socioambiental
SUPGEN	Superintendência de Gestão de Negócios
GERGEN	Gerência de Gestão de Negócios
SUGCOP	Supervisão de Gestão Comercial da Operação Portuária
GERFAC	Gerência de Fiscalização de Arrendamentos e Cessões de Áreas

Diretoria de Gestão Portuária DIRGEP

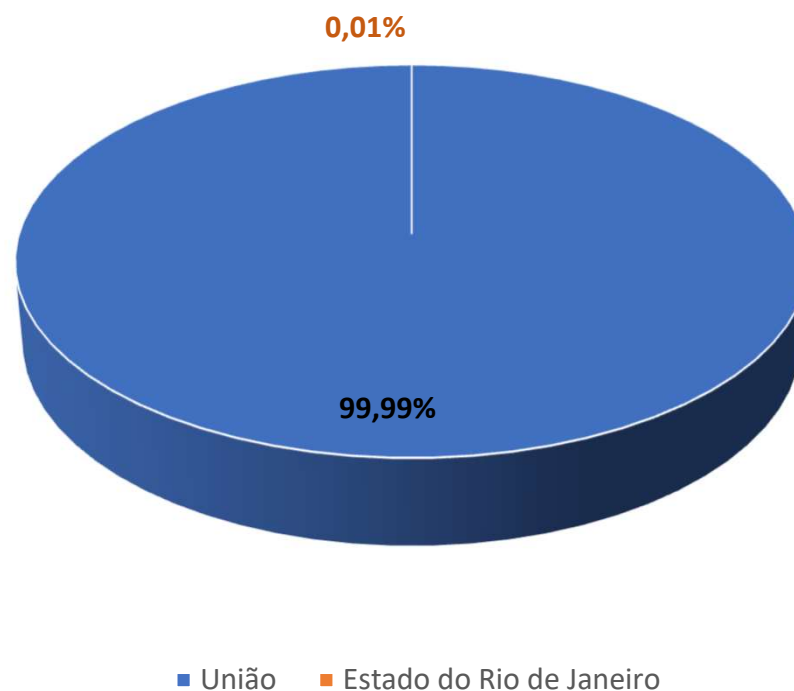


Descrição das siglas

DIRGEP	DIRETORIA DE GESTÃO PORTUÁRIA
SUPENG	Superintendência de Engenharia
GERGOB	Gerência de Gestão de Obras
GERMAP	Gerência de Manutenção Portuária e Predial
SUPMAP	Supervisão de Manutenção
SUPRIO	Superintendência de Gestão Portuária do Rio de Janeiro e Niterói
CONRIO	Gestor de VTMISS
GERATE	Gerência de Acesso Terrestre
GERFOP	Gerência de Fiscalização de Operações
SUOPER	Supervisão de Operações
GERNIT	Gerência de Operações Porto de Niterói
GERQUA	Gerência de Acesso Aquaviário do Porto do Rio de Janeiro
SUPITA	Superintendência de Gestão Portuária de Itaguaí e Angra dos Reis
GERAIT	Gerência de Acesso Terrestre do Porto de Itaguaí
GERITA	Gerência de Acesso Aquaviário do Porto de Itaguaí
GERANG	Gerência de Operações Porto de Angra dos Reis
GERFIT	Gerência de Fiscalização de Operações do Porto de Itaguaí
SUOPIT	Supervisão de Operações do Porto de Itaguaí

Nosso Capital Social e Composição Acionária

Somos uma empresa pública sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União e vinculada ao Ministério da Infraestrutura. Nosso capital social atual é de **R\$2.455.536.905,71** (dois bilhões, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e seis mil, novecentos e cinco reais e setenta e um centavos), com a seguinte composição acionária:



*Não há participação acionária de membros dos colegiados da Companhia.

Nosso Negócio

Em seu livro "Port Management and Operations", Patrick Alderton diz que os portos são considerados o principal elo da cadeia de transporte de mercadorias e uma das suas principais funções é atender a necessidade de movimentação de diversos tipos de cargas como granéis sólidos e líquidos, carga geral e contêineres. Logo, o papel exercido pela Autoridade Portuária é de grande relevância, pois os portos integram uma cadeia logística global, em constante evolução e, por isso necessitam manter a qualidade de seus serviços à altura de um mercado competitivo e complexo.

Nos variados papéis exercidos pela CDRJ, por exemplo, de agente fiscalizador e gestor das instalações situadas dentro de um perímetro portuário, uma de suas premissas fundamentais é a de coordenar os diversos interesses dos *stakeholders* ligados a seu ecossistema, de forma que a busca pelos interesses individuais não se sobreponha ao interesse coletivo, zelando para que o ambiente de negócios transcorra de forma harmônica e sinérgica entre os entes públicos e privados que atuam no *cluster* portuário.



Dentre os vários temas a serem geridos pela CDRJ, estão: a segurança pública, o controle de acessos terrestres e aquaviários e o estabelecimento de um fluxo organizacional adequado, com vistas a evitar a burocracia excessiva geradora de custos que, não raro, afetam a competitividade do *cluster* portuário. Por isso, conhecer profundamente os envolvidos no processo (produtores, exportadores, importadores, transportadores rodoviários, aviários e ferroviários; agentes marítimos, operadores logísticos e portuários, armadores, entidades de fiscalização e demais anuentes, agências de regulação, associações comerciais e industriais, praticagem, órgão gestor da mão de obra, governos locais, estaduais e federal, investidores, arrendatários, sindicatos, comunidade impactada pela operação portuária e os profissionais da própria autoridade portuária) e conjugar, da maneira mais eficiente possível, todos os interesses, é o desafio posto à Autoridade Portuária.

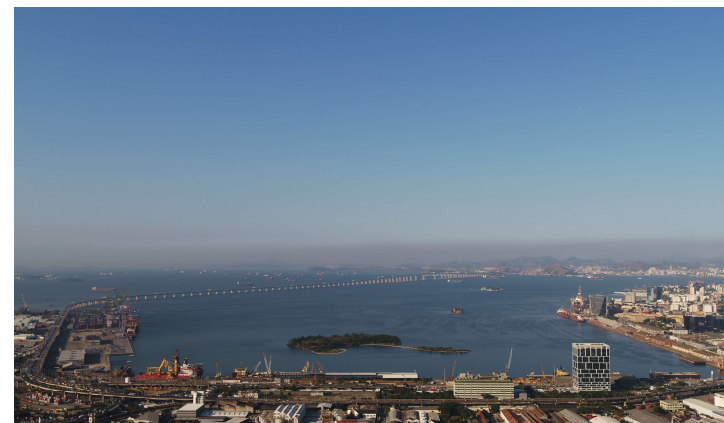
Portos do Rio de Janeiro e Niterói

O Porto do Rio de Janeiro tem características que o tornam um ativo extremamente interessante, mas com desafios igualmente vultosos para geri-lo. Movimenta cargas de alto valor agregado, o que o torna um grande arrecadador de ICMS para o Estado do RJ.

Por ser um porto localizado na área central de uma metrópole, enfrenta desafios com relação ao acesso terrestre, porém mitigados por ações desenvolvidas em parceria com os órgãos governamentais e com a comunidade portuária.

Possui boa pluralidade de terminais, significativa diversidade de cargas (petróleo e derivados, trigo, produtos siderúrgicos, sal, ferro gusa, veículos, cargas em contêineres, passageiros em turismo, etc.), com um equilíbrio entre a tonelagem exportada e importada, tornando o um ativo menos suscetível à oscilação dos valores de moedas estrangeiras e preços externos de produtos.

Seu Terminal de Cruzeiros, que é a principal porta de entrada do turismo internacional no país, possui capacidade de atender até 35 mil passageiros de forma simultânea.



As operações no Porto de Niterói, por sua vez, estão vinculadas à cadeia de produção de óleo e gás. O Complexo, administrado pela CDRJ, conduz a uma maior operação de atividades vinculadas à prestação de serviços do setor de *offshore* do país, experiência que se potencializa com o desenvolvimento de estruturas e que se apresentam como extremamente competitivas no futuro para o mercado de energia fóssil ou renovável a ser explorado na Bacia de Santos.

Portos de Itaguaí e Angra dos Reis



O Porto Organizado de Angra dos Reis caracteriza-se pela realização de atividades de apoio marítimo destinadas às plataformas de exploração de petróleo e empreendimentos afins, conhecidas como operações offshore.

O Porto de Itaguaí está localizado na costa Norte da Baía de Sepetiba e é considerado um dos maiores e mais modernos portos da América Latina.

Destaca-se pela movimentação de granéis sólidos minerais, sendo o minério de ferro o produto mais movimentado, além de contêineres, produtos siderúrgicos e carga geral. Possui uma extensa área territorial que permite sua expansão sem maiores impactos na hinterlândia.

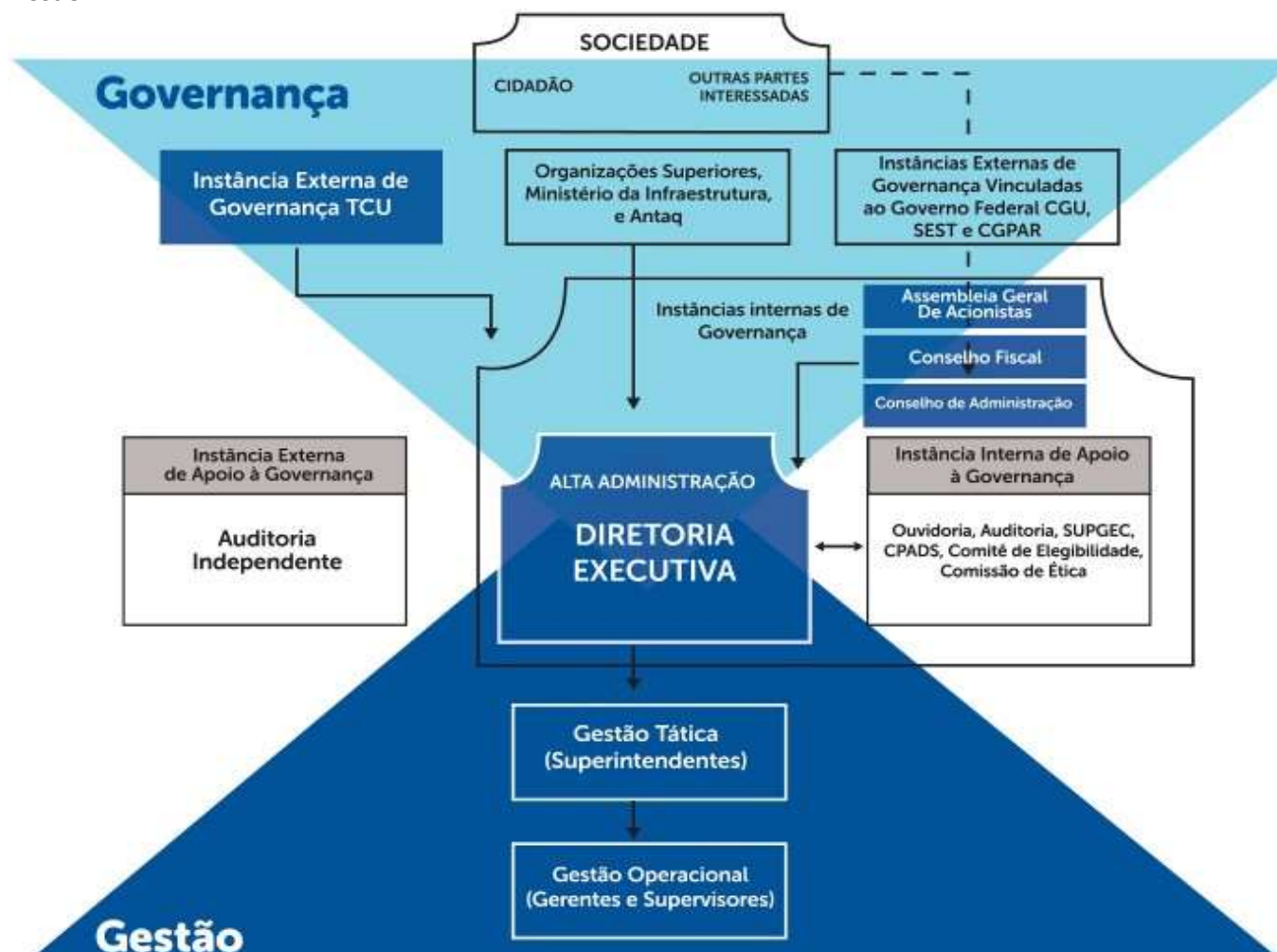
Os acessos viário e ferroviário são privilegiados e o acesso aquaviário possui grande profundidade natural e baixa taxa de assoreamento por ser naturalmente abrigado pela Baía de Sepetiba.

Além disso, se localiza nas proximidades da região metropolitana do Rio de Janeiro e de cidades importantes do Estado de São Paulo.



Estrutura de Governança

O Modelo de Governança Corporativo da CDRJ foi concebido com base nas referências de melhores práticas de governança e gestão, incluindo o Referencial Básico de Governança aplicável aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, do TCU. Este modelo apresenta, de forma estruturada, os diversos atores que atuam nas funções de governança e gestão da CDRJ e como se relacionam para a realização da missão.



Modelo de Negócios

NOSSOS CAPITAIS

INFRAESTRUTURA

4

Portos

41

Berços de Atracação

17,8

Metros de calado (máx.)

9

Km de Cais Acostável

6

Milhões m² de Área Operacional

HUMANO

685

Empregados *

RELACIONAMENTO

16

Terminais

15

Operadores Portuários

APLICADOS AOS NOSSOS PROCESSOS



RESULTAM EM

MOVIMENTAÇÃO

54,7

Milhões de toneladas

633.840

TEUs

49

Mil veículos

220.354

Passageiros

IMPACTO NA SOCIEDADE

3.500

Empregos diretos

17.000

Empregos indiretos na cadeia portuária

R\$ 300 mi

Tributos na operação**

R\$ 3 bi

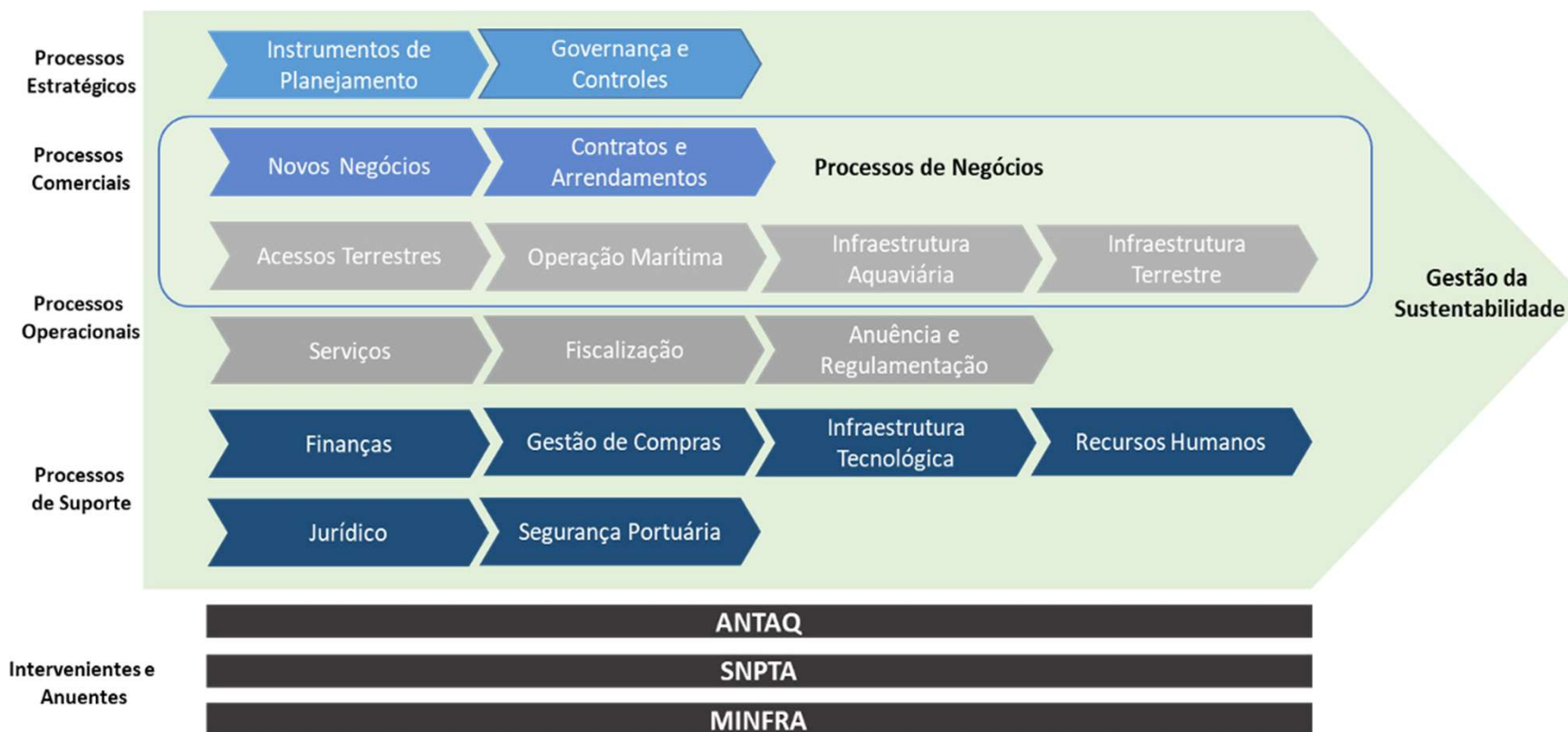
Arrecadação estimada de ICMS

* Em Dez/2020, empregados em atividade, total de 758. Descontados os cedidos, licenciados e aposentados por invalidez. Incluída força de trabalho estatutária

** ISS, PIS, COFINS.

Cadeia de Valor

O conjunto dos processos desenvolvidos, dentro da CDRJ, é representado pela seguinte cadeia de valor:



Políticas e Programas de Governo

A CDRJ tem suas ações pautadas pelos instrumentos de planejamento setorial e programas de governo, tais como o Plano Nacional de Logística Portuária - PNL, o Plano Mestre (*MasterPlan*) e o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário - PDZ, de cada um de seus portos, além do Plano Geral de Outorgas - PGO.

As atividades desenvolvidas pela CDRJ visam atender às políticas públicas do setor portuário, bem como ao seu objeto social, onde se destacam:

- fiscalizar a operação portuária, zelando pela realização das atividades com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente;
- promover a realização de obras e serviços de construção e melhoramento dos portos, de suas infraestruturas de proteção e de acesso aquaviário e terrestre, sob sua jurisdição;
- autorizar a entrada e saída, inclusive atracação e desatracação, o fundeio e o tráfego de embarcação na área do porto;
- autorizar a movimentação de carga das embarcações; e
- explorar, direta ou indiretamente, suas áreas operacionais e não afetas às operações portuárias, dando destinação comercial e buscando rentabilizar os ativos de seu patrimônio, entre outras.

No que tange ao interesse coletivo, os portos organizados são indutores de desenvolvimento socioeconômico, com impactos em toda sua hinterlândia. O porto é elemento integrador logístico, que estrutura o espaço, as atividades portuárias e a oferta entre terminais, operadores, serviços de apoio, interfaces de transporte, dentre outros aspectos.

A superestrutura portuária requer o papel de uma Autoridade Portuária forte, calcada na parceria entre o Estado e setor privado, na definição de políticas operacionais direcionadas e melhor aproveitamento de suas áreas, para a geração de economias de escala que beneficiem a ambos.

Mais informações estão disponíveis na Carta de Políticas Públicas e Governança publicada no site institucional.

Ambiente Externo

A análise da conjuntura ambiental contribui para a identificação e o entendimento de quais variáveis podem impactar, positiva ou negativamente, o alcance dos objetivos estratégicos definidos pela CDRJ.

Para a análise preliminar, foi utilizada a metodologia PESTEL (acrônimo em inglês, que faz referência às variáveis Políticas, Econômicas, Sociais, Tecnológicas, Ambientais e Legais). Essas variáveis foram analisadas, tanto no contexto nacional, como no internacional, a fim de fornecerem mais subsídios para a definição da estratégia e seu desdobramento nos objetivos estratégicos, indicadores e metas.

POLÍTICAS	ECONÔMICAS	SOCIAIS	TECNOLÓGICAS	AMBIENTAIS	LEGAIS
Alternância nas gestões municipais	Programas de incentivo ao investimento em Infraestrutura	Taxa de desemprego crescente no Brasil, em especial no Estado do RJ	Rápida obsolescência e alto custo de aquisição e reposição de equipamentos tecnológicos	Poluição na Baía da Guanabara	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD
Programa de privatização do Governo Federal	Projeto BR do Mar	Aumento do nível de pobreza e pobreza extrema	Tendência de utilização de robôs para otimizar e aumentar a segurança da operação	Tendência mundial na priorização de empresas e projetos que estejam alinhados aos princípios de sustentabilidade, com exigência de certificações e procedimentos para realização de negócios.	Alteração nas áreas de Zoneamento Ecológico-Econômico (Lei Estadual 5.067/2012).
Instabilidade política no âmbito do Estado do RJ e de alguns municípios que cercam o Complexo Portuário	Demanda do novo mercado do gás natural e retomada da exploração das áreas do pré-sal	Conflitos Porto-Cidade dentro do Complexo da CDRJ	Transporte multimodal com a operação vinculada a um único documento, o Conhecimento de Transporte Multimodal de Cargas (CTMC)	Projetos de infraestrutura e logística financiados pelo NDB – Novo Banco de Desenvolvimento (Banco dos BRICS), em conjunto com o BNDES	Alterações na Legislação Trabalhista
Projetos de Lei que impactem diretamente a arrecadação da CDRJ	Solicitação à ONU para a ampliação dos blocos exploratórios, para além dos limites das 200 milhas náuticas da costa brasileira	Ocupação irregular em terrenos não operacionais da Companhia	<i>Port Community System</i> – PCS que irá estabelecer a integração de dados do comércio marítimo		Regras cada vez mais rígidas de <i>compliance</i> na cadeia global de importadores e exportadores

Materialidade

Dentre os muitos temas relevantes para a CDRJ, que podem impactar a geração de valor, identificamos e priorizamos os seguintes:



Nossas atividades relacionadas ao Direcionamento Estratégico da CDRJ contribuem para o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, vinculando-se principalmente aos seguintes ODS:



Riscos, Oportunidades e Perspectivas

A Gestão de Riscos permite que a Companhia faça a correta gestão das ameaças que podem impactar o sucesso do alcance de sua estratégia, traduzida em seus objetivos estratégicos.

Como não há processo sem riscos, a CDRJ acredita que é essencial compreender o impacto e a probabilidade de cada um deles, estabelecer controles internos fortes e eficientes, a fim de dar, a cada risco, o tratamento adequado como, também, estabelecer um plano de contingência para aqueles riscos de maior magnitude.

CATEGORIA DE RISCO	RISCO AVALIADO	MITIGAÇÃO
Estratégico	Ineficiência da Estrutura e dos Processos Organizacionais	<ul style="list-style-type: none"> Mensuração de processos\atividades por meio de indicadores de desempenho Revisão periódica dos processos e sistema normativo Aperfeiçoamento da Gestão de Riscos
Tecnológico	Falta de integração entre sistemas	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de plataformas integradas Busca de soluções conjuntas com outras Docas
Comercial	Falta de Novos Negócios e Parcerias	<ul style="list-style-type: none"> Estudos de viabilidade de novos terminais e projetos de expansão Elaboração do Plano de Negócios Anual
Operacional	Perda de Competitividade	<ul style="list-style-type: none"> Análise contínua da demanda da infraestrutura portuária, buscando adequá-las as necessidades da operação portuária
Regulatório	Não aderência às Normas de Fiscalização	<ul style="list-style-type: none"> Alocação de recursos e capacitação da força de trabalho das áreas de fiscalização
Jurídico	Excesso de demandas judiciais	<ul style="list-style-type: none"> Análise jurídica prévia para suporte à tomada de decisão Identificação e tratamento da causa-raiz Aprimoramento de normativos Internos



Governança, Estratégia e Alocação de Recursos



Mapa Estratégico CDRJ 2016-2020

Missão: Garantir a efetividade operacional dos seus portos, com sustentabilidade, competitividade das operações e satisfação dos usuários, como agente de desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Visão: Até 2020, ser reconhecida como autoridade portuária referência, no que tange à gestão portuária e agregação de valor ao usuário, com sustentabilidade econômico-financeira e ambiental.

Valores: Comprometimento, Ética, Foco na Satisfação do Cliente, Inovação, Responsabilidade Social, Transparência e Valorização do Capital Humano



Apoio da Estrutura de Governança

A estrutura interna de governança da CDRJ, estabelecida em 2020, reflete a maneira como a Companhia é dirigida, monitorada e avaliada, envolvendo o relacionamento entre os acionistas, Conselho de Administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas. A Companhia dispõe de uma Gerência de *Compliance* e Riscos atuando como segunda linha de defesa. Além disso, tem sua maturidade de governança medida pelo Índice de Governança e Gestão Pública (IGG), do TCU.





Resultados e Desempenho da Gestão



Resultados e Desempenho da Gestão

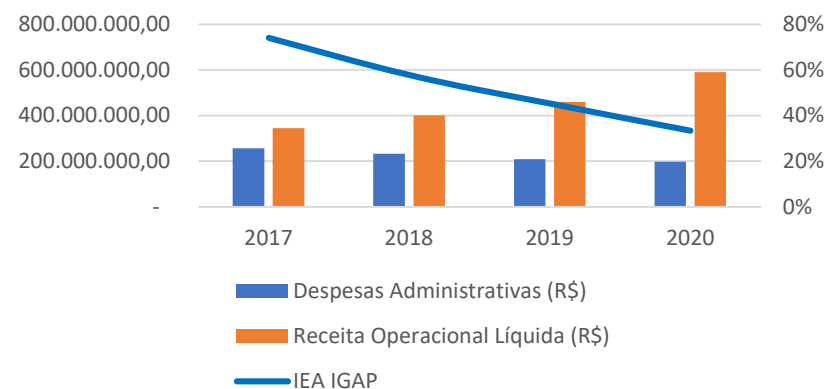
A CDRJ acompanha e avalia o resultado dos seus processos de trabalho por meio de um conjunto de Indicadores de Desempenho que representam métricas de controle que denotam resultados das ações realizadas.

Estes indicadores estão associados aos Objetivos Estratégicos da Companhia, com profunda relação aos fatores críticos de sucesso do negócio, visando uma melhor organização e fazendo com que seu desempenho, qualidade de serviço e tomada de decisão melhorem substancialmente.

Índice de Eficiência Operacional ↓



Índice de Eficiência Administrativa ↓



PERSPECTIVA FINANCEIRA

R\$680 MM

Faturamento 2020

27% ↑
2020/2019**33%**Índice de Eficiência Administrativa
(menor/melhor)26% ↓
2020/2019**23%**Autossuficiência Tarifária
(média 2020)**36%**Índice de Eficiência Operacional
(menor/melhor)27% ↓
2020/2019

PERSPECTIVA CLIENTES

70%Exploração das Áreas
Disponíveis

(média 2020)

20%Market Share no Complexo Portuário
(por perfil de carga - Valor)10% ↑
2020/2019**98%**

Favorabilidade de Mídia

3% ↑
2020/2019

PERSPECTIVA PROCESSOS

86%Execução dos Planos de
Manutenção dos Portos

(média 2020)

100%Gestão de Licenças
Ambientais da Autoridade
Portuária
Terminais/Operadores**54%**Utilização do Porto para Retirada
de Resíduos de Embarcações31% ↑
2020/2019**95%**Percentual da Frota sem
Restrição de Calado
(Canal, Bacia e Berço)

PERSPECTIVA APRENDIZADO CRESCIMENTO

42%Taxa de Participação de Despesas
com Pessoal e Encargos
(menor/melhor)8% ↓
2020/2019**10h**Horas de Capacitação por
Funcionário Próprio

(média 2020)

95%Índice de Resposta aos
Pedidos de Acesso à
Informação dentro do prazo**12 Dias**Tempo Médio de Resposta
aos Pedidos de Acesso à
Informação

(média 2020)

Integração do faturamento na Sede

Até o ano de 2020, a gestão financeira dos Portos administrados pela Companhia era realizada de forma independente, distinta e com diferentes sistemas. Mesmo diante dos enormes desafios impostos pela situação da pandemia, a CDRJ não poupou esforços para integração do faturamento dos 4 (quatro) Portos, promovendo ajustes organizacionais na busca por eficiência e eficácia da gestão financeira.

Em fevereiro de 2020 ocorreu a integração do Porto de Itaguaí no SSA, sistema utilizado na Sede e, até então, base de dados apenas do Rio de Janeiro. O mesmo ocorreu nos Portos de Angra dos Reis e de Niterói, em agosto e setembro de 2020, respectivamente. Dessa forma, a Companhia conquistou um grande marco em sua história, concluindo a centralização do faturamento que, a partir de setembro de 2020, passou a ser totalmente emitido pela área financeira.

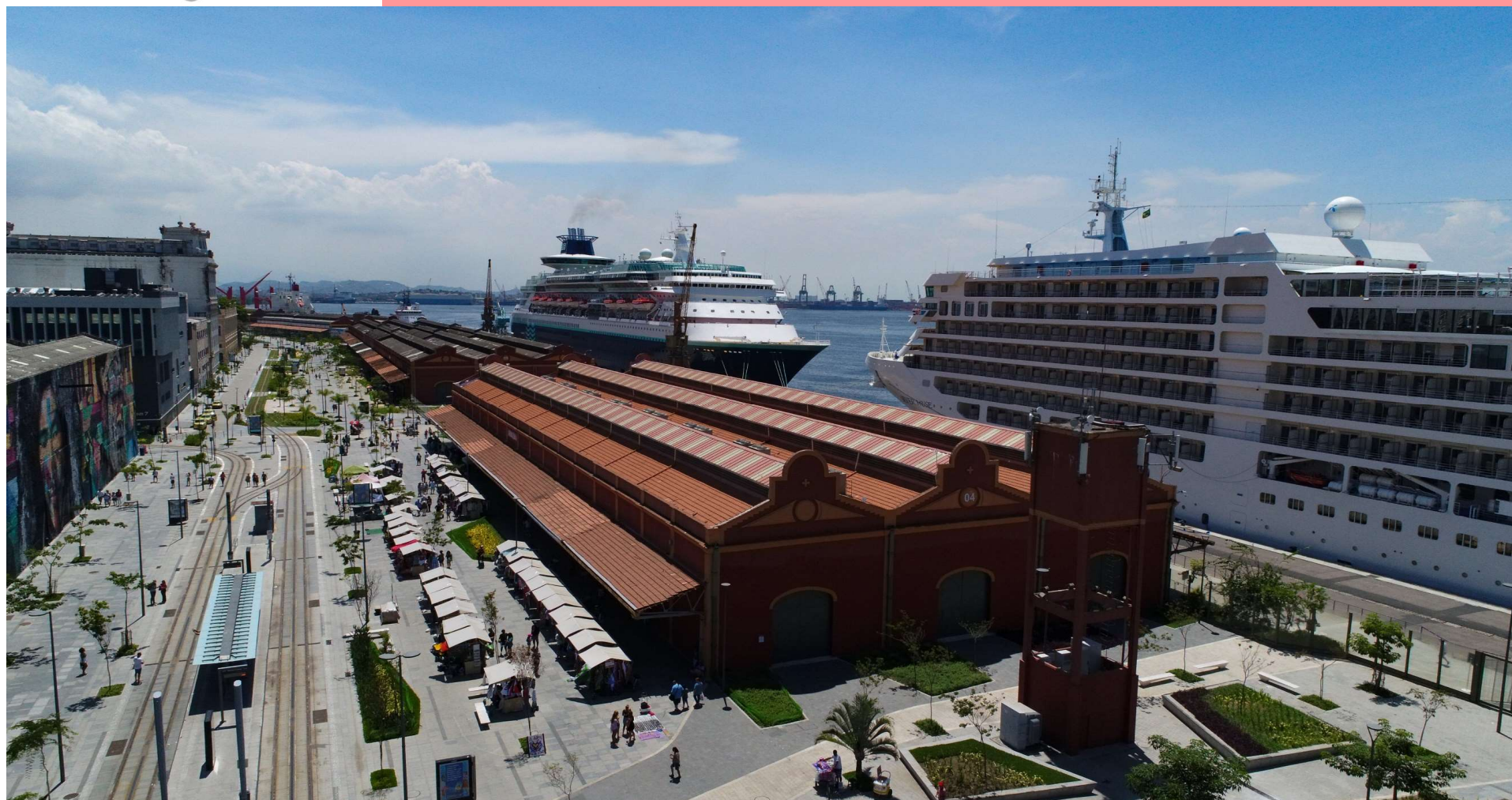
Com a centralização do processo de faturamento foi possível um maior controle dos dados gerados e agilidade no fornecimento de relatórios para tomada de decisões das diversas áreas da Companhia, além de fortalecer o relacionamento com os clientes em razão da centralização de informações, padronização e celeridade no atendimento. A integração também confere maior conhecimento do perfil de cada cliente, melhor programação de cobranças, padronização de rotinas, antecipação a momentos de crise financeira, melhoria no controle de fluxo de caixa entre outros.

A integração sistêmica dos 4 Portos foi de suma importância, também, para o controle do “Contas a Receber”, que depende de informações confiáveis e fidedignas para a realização das cobranças. É importante destacar que, com a centralização do faturamento, a inadimplência reduziu consideravelmente, tanto a atual quanto a relacionada a valores que constavam em aberto desde a época do controle descentralizado nos Portos, possibilitando levantamentos e renegociações que vem sendo realizadas pela área financeira desde o início da integração.





Demonstração da Eficiência e Conformidade Legal



Gestão de Pessoas

A gestão de pessoas é uma ferramenta essencial para a sustentabilidade da estratégia e das atividades empresariais da CDRJ. Toda organização é criada a partir de uma ideia, um propósito; e sua existência e longevidade ocorrem a partir da presença das pessoas e suas equipes de trabalho, as quais, de forma singular, direcionam suas *expertises*, protocolos e experiências para atender às demandas de conhecimentos, habilidades e atitudes nas atividades desenvolvidas em cada unidade organizacional da Companhia.

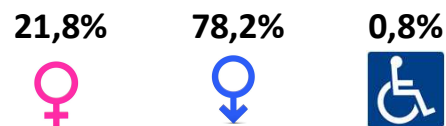
A exploração do potencial econômico dos Portos do Rio de Janeiro, Niterói, Itaguaí e Angra dos Reis impõe à CDRJ atuação estratégica e visão macro, exigindo que a gestão de pessoas (RH) atue de maneira interdisciplinar e integrada, potencializando a capacitação de sua força de trabalho, com objetivo de criar pontos de ancoragem que sustentem a aquisição dos conhecimentos adquiridos nas capacitações realizadas e nas experiências vivenciadas no dia a dia das atividades de trabalho nesta Autoridade Portuária.

Sob a premissa de uma prestação de serviços de excelência, frente às demandas dos arrendatários, do mercado exterior e dos órgãos de controle governamentais, percebe-se que a gestão de pessoas possui papel preponderante diante da importância estratégica e econômica da atividade portuária, pois torna-se imprescindível dominar conceitos e adotar as melhores práticas para expansão e sustentabilidade do negócio. Neste sentido, a CDRJ investe de forma consistente no aprimoramento dos conhecimentos e mecanismos de segurança portuária, fiscalização de contratos, fiscalização e controle do acesso marítimo e terrestre, infraestrutura e tecnologia, com objetivo de preservar a viabilidade econômica da Companhia e garantir os melhores serviços prestados à sociedade.

Conformidade legal

A Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, empresa pública, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, tem seu regime de contratação pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, regida pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - Leis das Estatais, Portaria SEST/SE/MP nº 1122, de 28 de janeiro de 2021, Resoluções CGPAR, dentre outras legislações específicas do TCU e CGU. O limite do efetivo máximo de 847 empregados está estabelecido pela Portaria nº 13, de 7 de junho de 2019, da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.

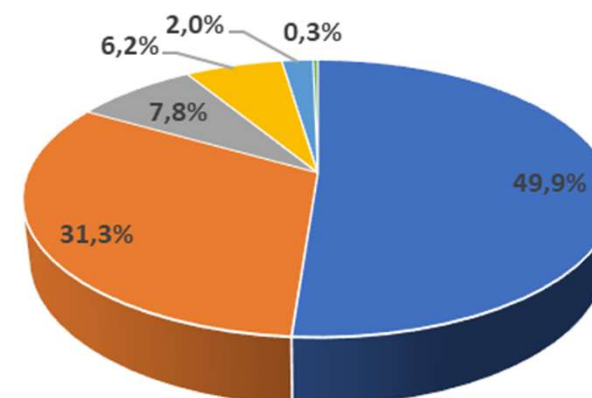
Avaliação da Força de trabalho Empregados - 758



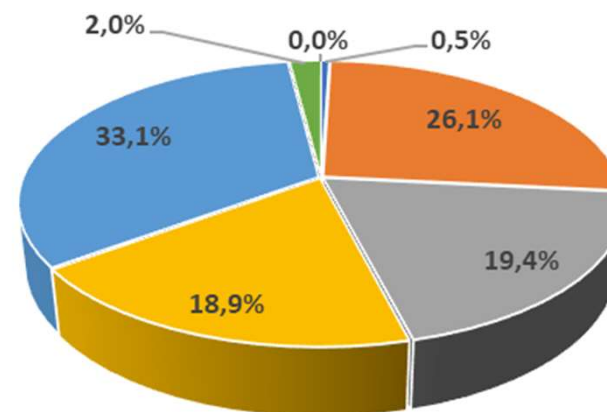
O quadro de pessoal da Companhia, devido a evolução da legislação que regimenta sua competência organizacional e seu papel institucional, é bastante diversificado, o que implica em elevado grau de complexidade dos perfis profissionais necessários à composição da força de trabalho.

Sua composição é organizada basicamente em 04 (quatro) carreiras, distribuídas no Plano de Carreiras, Empregos e Salários – PCES, e conta com 758 empregados. Dois (02) empregados ativos e 16 (dezesesseis) aposentados por invalidez, os quais não optaram pelo PCES, permanecem no plano Unificado de Carreiras e Salários – PUCS, em 02 (duas) carreiras. Os 19 (dezenove) ocupantes de cargos comissionados são regidos pelo Plano de Cargos Comissionados e Funções de Confiança – PCCFC.

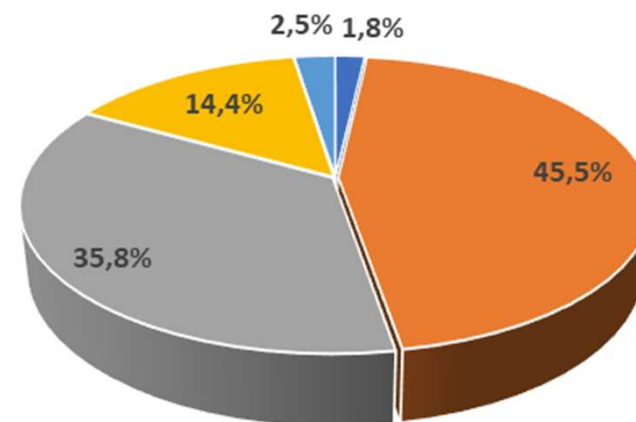
ESCOLARIDADE	
Médio	49,9%
Superior	31,3%
Fundamental	7,8%
Pós-Graduação	6,2%
Mestrado	2,0%
Doutorado	0,3%



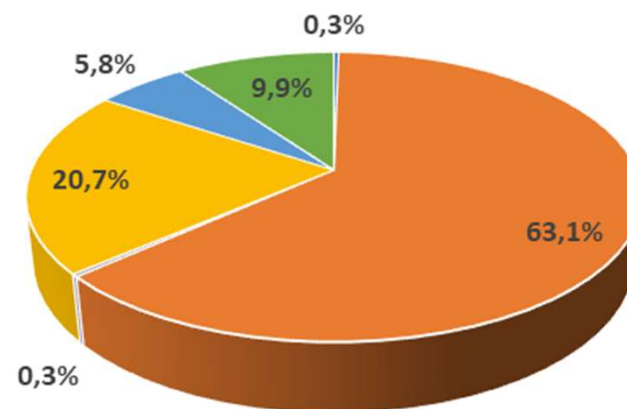
IDADE	
Até 30 anos	0,5%
30 a 40 anos	26,1%
40 a 50 anos	19,4%
50 a 60 anos	18,9%
60 a 70 anos	33,1%
70 a 80 anos	2,0%
acima de 80 anos	0,0%



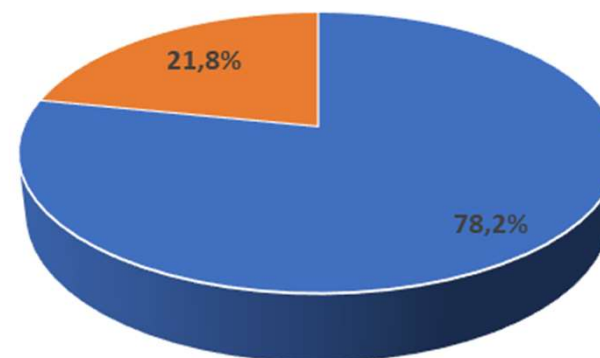
SALÁRIO	
Até 2.000,00	1,8%
De 2.001,00 a 5.000,00	45,5%
De 5.001,00 a 10.000,00	35,8%
De 10.001,00 a 20.000,00	14,4%
De 20.001,00 a 30.000,00	2,5%



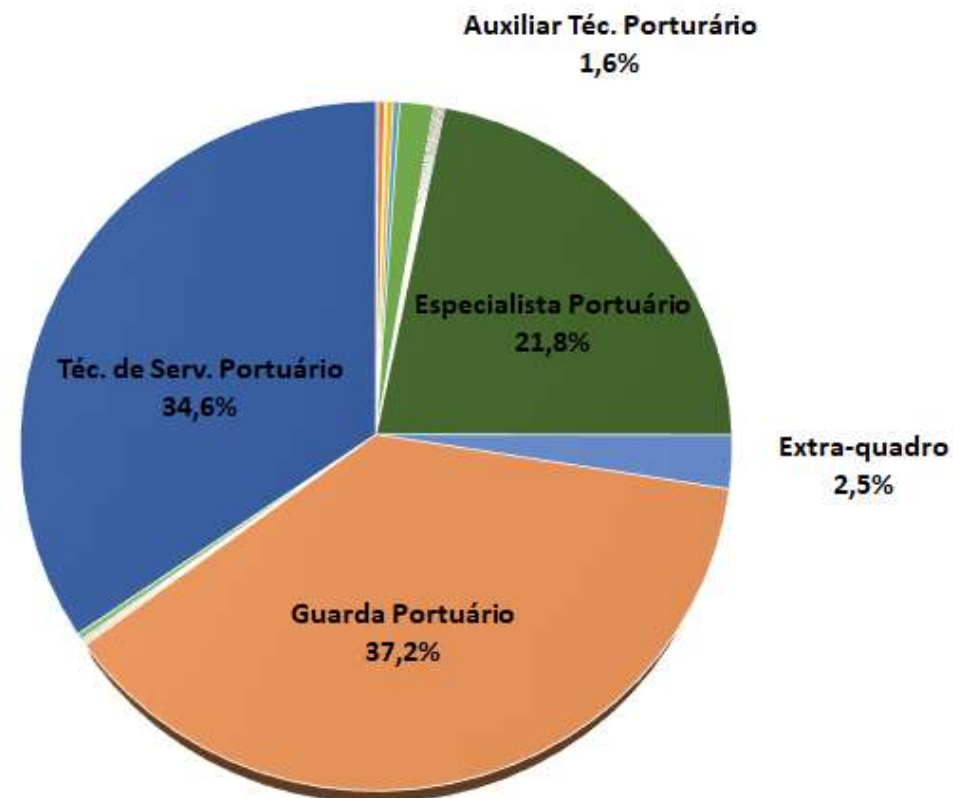
RAÇA	
Amarela	0,3%
Branca	63,1%
Indígena	0,3%
Parda	20,7%
Preta	5,8%
S/l	9,9%



SEXO	
masculino	78,2%
Feminino	21,8%

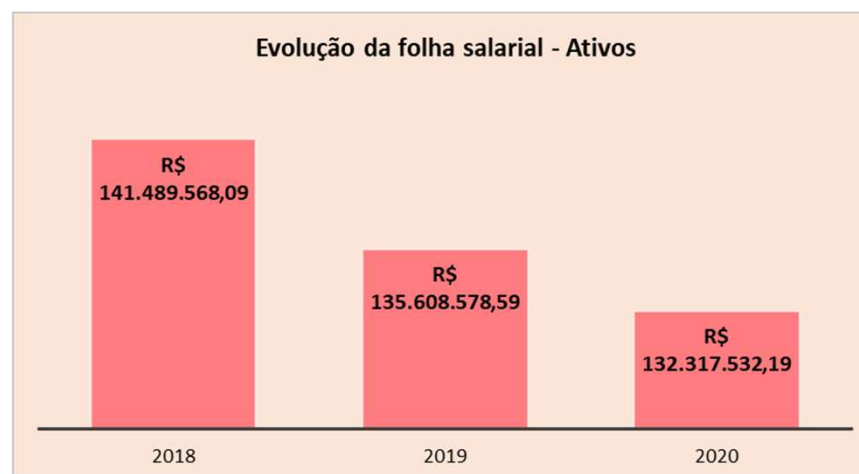
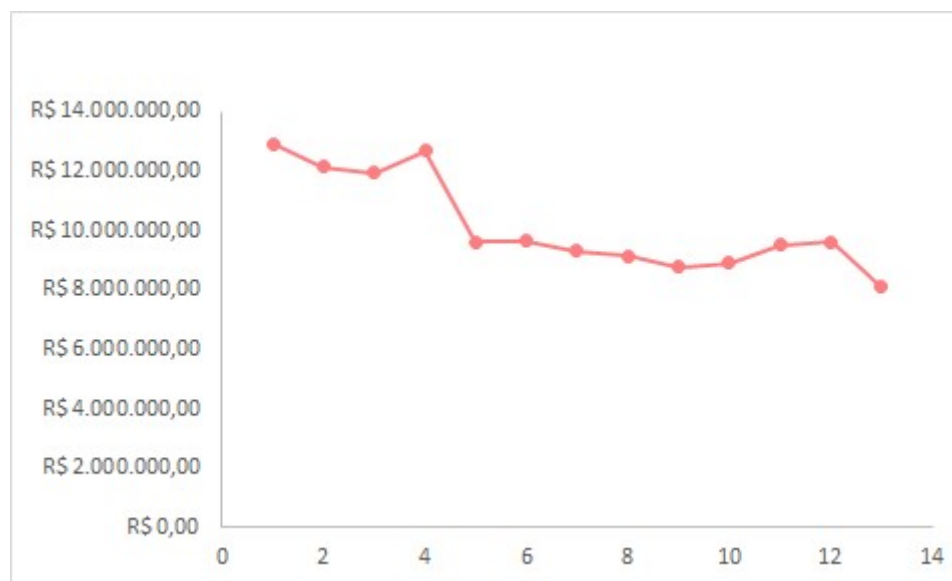


CARREIRAS	
Administrador IV	0,1%
Agente	0,3%
Assistente Adm II	0,1%
Assistente Téc. Adm I	0,3%
Assistente Téc. Adm II	0,3%
Auxiliar Téc. Portuário	1,6%
Conf. Capatazias	0,1%
Eletric. Manutenção	0,1%
Enc. de manobras Ferr.	0,1%
E.c. Geral Car/Desc.	0,1%
Engenheiro III	0,1%
Especialista Portuário	21,8%
Extra-quadro	2,5%
Guarda Portuário	37,2%
Guarda Portuário - PUCS	0,1%
Inp. da Guarda Port.	0,1%
Motorista Viaturas	0,1%
Téc. Sistemas Port.	0,3%
Téc. de Serv. Portuário	34,6%



O investimento na folha de pagamento dos empregados foi reduzido, a partir dos meses de abril e maio, devido ao trabalho na modalidade híbrida (presencial e home office), em decorrência da pandemia de Covid-19, conjugada com a implementação do Plano de Desligamento Voluntário.

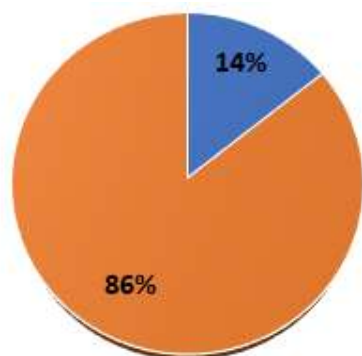
EVOLUÇÃO DA FOLHA	
jan/20	R\$ 12.933.239,14
fev/20	R\$ 12.155.054,47
mar/20	R\$ 11.943.754,45
abr/20	R\$ 12.697.634,17
mai/20	R\$ 9.607.992,32
jun/20	R\$ 9.641.783,33
jul/20	R\$ 9.299.397,50
ago/20	R\$ 9.159.848,20
set/20	R\$ 8.773.624,93
out/20	R\$ 8.903.892,49
nov/20	R\$ 9.510.297,67
dez/20	R\$ 9.600.883,68
13º salário	R\$ 8.090.129,84



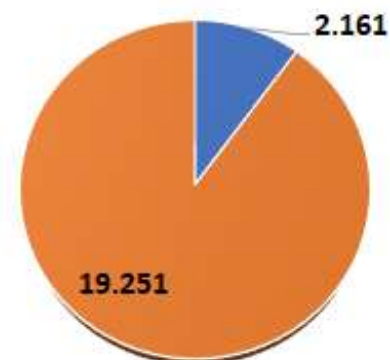
Capacitação e treinamento

A gestão e execução das ações de capacitação e treinamento de empregados é realizada em alinhamento com o planejamento estratégico da Companhia, buscando atualizar sua força de trabalho às normas reguladoras vigentes, com vistas a plena satisfação das demandas e desafios que as atividades de trabalho impõem. Em 2020, a CDRJ promoveu o total de 17.075 horas de capacitação para 364 empregados.

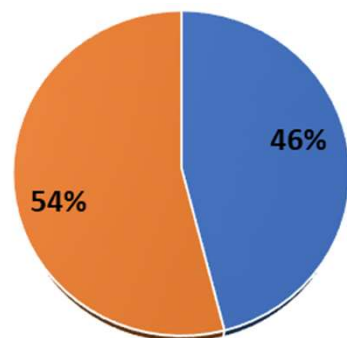
TOTAL CURSOS IN COMPANY	14%
TOTAL CURSOS ABERTOS	86%



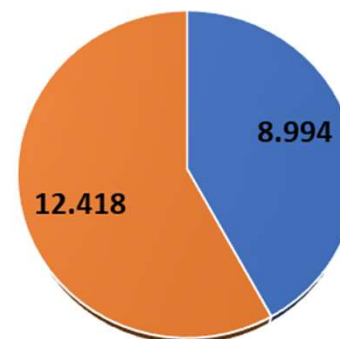
HORAS CURSOS IN COMPANY	2.161
HORAS CURSOS ABERTOS	19.521



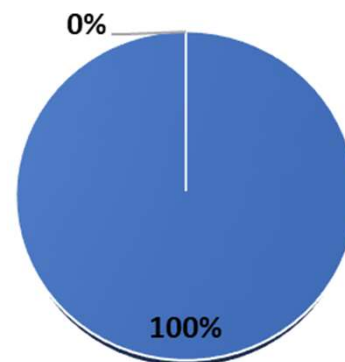
CURSOS NA ÁREAS-FIM	46%
CURSOS NA ÁREAS-MEIO	54%



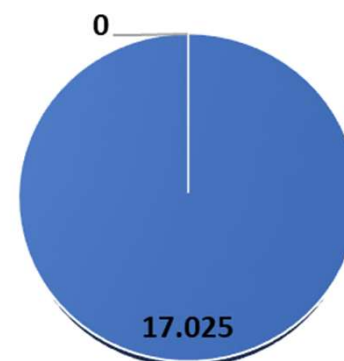
HORAS TREINAMENTO ÁREAS-FIM	8.994
HORAS TREINAMENTO ÁREAS-MEIO	12.418



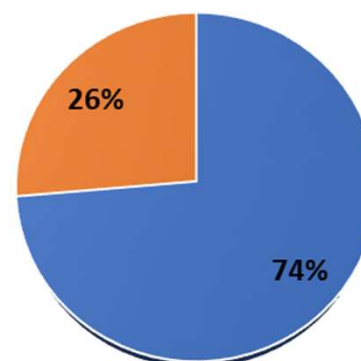
CURSOS TÉCNICOS	100%
CURSOS COMPORTAMENTAIS	0%



HORAS CURSOS TÉCNICOS	17.025
HORAS CURSOS COMPORTAMENTAIS	0



TOTAL DE HOMENS CAPACITADOS	74%
TOTAL DE MULHERES CAPACITADAS	26%



Recrutamento e alocação de pessoas

O recrutamento dos empregados efetivos é realizado por meio de abertura de Edital de Concurso Público. Para os ocupantes dos cargos de livre nomeação e livre exoneração (cargos comissionados), a Gerência de Gestão de Carreira é responsável por avaliar os candidatos e emitir parecer sobre a adequação dos mesmos aos requisitos mínimos de experiência e escolaridade definidos no PCCFC - Plano de Cargos Comissionados e Funções de Confiança, submetendo-os à deliberação da Diretoria Executiva. O *turnover* da CDRJ, em 2020, ficou registrado em 3,03%.

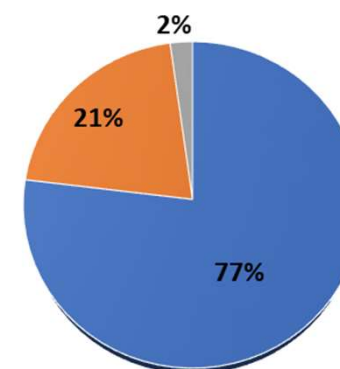
Avaliação de desempenho

A avaliação de desempenho na CDRJ é um instrumento de gestão que almeja gerar melhoria contínua de resultados dos trabalhos executados pelos empregados e equipes. O processo de Avaliação de Desempenho – AVALIA dos empregados está voltado para os resultados e não apenas para o controle dos processos de trabalho. Conjuga a noção de eficiência e de racionalidade no uso dos meios e recursos para maximizar os resultados e objetivos estabelecidos, identificando as competências que interferem no desempenho do empregado, que possam ser aprimoradas por meio de plano de desenvolvimento de capacitação e aperfeiçoamento profissional. Cabe ressaltar que os empregados cedidos, afastados e de licença não são avaliados, somente os empregados ativos.

Cargos comissionados

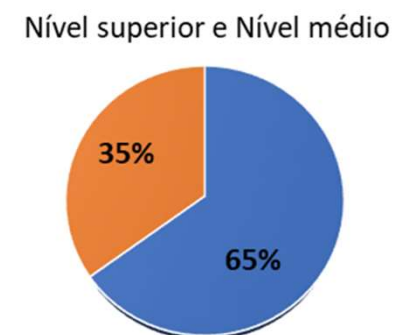
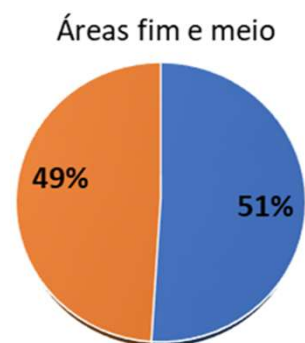
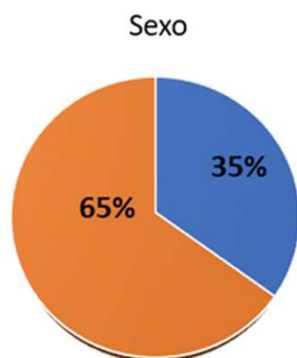
Os cargos comissionados e funções de confiança são regidos pelo PCCFC – Plano de cargos comissionados e funções de confiança. Foram autorizados pela SEST 91 cargos de livre provimento, divididos em 62 cargos comissionados e 29 funções de confiança, sendo que as funções de confiança devem ser ocupadas, exclusivamente, por pessoal do quadro efetivo da CDRJ.

Cargos de Livre Provimento	
Ocupados por profissionais do quadro da CDRJ	76,92%
Ocupados por profissionais extra-quadro	20,88%
Vagos	2,2%



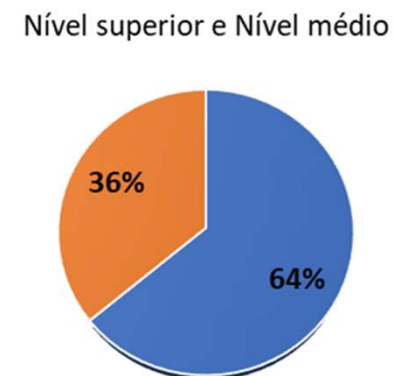
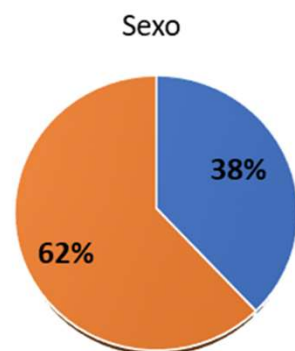
ESTAGIÁRIOS 2020	
TOTAL MASCULINO	25
TOTAL FEMININO	47
TOTAL ÁREA MEIO	37
TOTAL ÁREA FIM	35
TOTAL NÍVEL SUPERIOR	47
TOTAL NÍVEL MÉDIO	25
TOTAL	72

ESTAGIÁRIOS 2020	
TOTAL MASCULINO	35%
TOTAL FEMININO	65%
TOTAL ÁREA MEIO	51%
TOTAL ÁREA FIM	49%
TOTAL NÍVEL SUPERIOR	65%
TOTAL NÍVEL MÉDIO	35%



JOVEM APRENDIZ 2020	
TOTAL MASCULINO	17
TOTAL FEMININO	28
TOTAL ÁREA MEIO	40
TOTAL ÁREA FIM	5
TOTAL NÍVEL SUPERIOR	16
TOTAL NÍVEL MÉDIO	29
TOTAL	45

JOVEM APRENDIZ 2020	
TOTAL MASCULINO	38%
TOTAL FEMININO	62%
TOTAL ÁREA MEIO	89%
TOTAL ÁREA FIM	11%
TOTAL NÍVEL SUPERIOR	36%
TOTAL NÍVEL MÉDIO	64%



Fato relevante – PDV – Plano de Desligamento Voluntário

O Plano de Desligamento Voluntário – PDV, implementado pela CDRJ em 2020, teve a adesão inicial de 98 empregados e registrou, efetivamente, 65 desligamentos. O montante investido nos desligamentos atingiu R\$ 13 milhões, incluindo o valor das rescisões por comum acordo e os incentivos financeiros. O número de adesões e desligamentos correspondeu a quase 8,5% do total de empregados da Companhia e, com tal resultado, a desoneração da folha de pagamento é estimada em R\$17,5 milhões ao ano. O PDV foi aberto aos empregados do quadro efetivo da Companhia, com pelo menos 35 anos de serviço ou aposentados por tempo de contribuição na Previdência Social. Adicionalmente aos valores correspondentes à rescisão do contrato de trabalho por comum acordo, os incentivos financeiros oferecidos incluíram três salários-base, 20% do saldo do FGTS, 50% do Aviso Prévio e incentivo complementar da manutenção do benefício de Assistência Médica pelo prazo de 12 a 24 meses, dependendo do período de adesão ao plano. O PDV estava previsto no Planejamento Estratégico da CDRJ 2016-2020 como desdobramento do objetivo estratégico “Adequação da estrutura organizacional”.

Principais desafios e ações futuras

No momento, os principais desafios da área de recursos humanos são gerir folha de pagamento, benefícios, licenças, pessoal cedido, ações de capacitação, indicadores e avaliação de desempenho, valendo-se exclusivamente de sistemas em Access e Excel (planilhas eletrônicas), e, concomitantemente, o de ingressar no e-Social. Esse cenário tende a se reverter em 2021. Está em pleno desenvolvimento um Sistema de Recursos Humanos contratado à empresa BENNER, por meio de processo licitatório, cuja conclusão está prevista para o final do primeiro semestre de 2021 e que instrumentalizará a CDRJ para enfrentar e equacionar tais desafios.

Política de remuneração dos administradores e membros do colegiado

A Política de remuneração dos administradores e membros do colegiado é aprovada pela Assembleia Geral Ordinária (AGO), que delibera acerca das previsões das remunerações dos diretores, conselheiros e membros do comitê de auditoria. A deliberação da AGO é precedida da emissão de Nota Técnica da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, pela qual se manifesta quanto à aprovação da proposta de remuneração. A divulgação dos valores é restrita de acordo com o parágrafo 2º do art. 5º do Decreto nº 7.724/12.

Gestão de Licitações e Contratos

PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO 2020

43

Contratações
(Dispensa e Inexigibilidade)

30

Pregões

6

Outras Modalidades
(Obras e Serviços de Engenharia não comuns)

Gastos por finalidade		
Tecnologia da Informação	Funcionamento Administrativo	Outros (Despesas finalísticas / imobilizado / publicidade institucional)
R\$ 10.945.717,32	R\$ 26.863.264,21	R\$ 5.207.527,69

Funcionamento Administrativo – Detalhamento	
Energia e água	R\$ 6.932.763,32
Vigilância patrimonial	R\$ 813.221,34
Recepção , copeiragem e contínuo	R\$ 354.658,23
Limpeza	R\$ 1.801.956,46
Manutenção das instalações (predial, ar-condicionado e elevadores)	R\$ 10.571.969,04
Locação de veículos, combustível e motoristas	R\$ 1.739.045,15
Passagens Aéreas	R\$ 109.152,84
Transporte de Pessoal	R\$ 1.778.609,01
Outros (telefonia fixa e móvel, material de consumo, demais serviços)	R\$ 2.761.888,82

Principais tipos de contratação direta

Finalidade	Objeto	Contratada	Valor
2ª Fase de implantação do VTMISS*	Fornecimento e suporte à instalação de Radares de Vigilância Marítima Costeira e de câmeras ópticas e térmicas.	HENSOLDT DO BRASIL SEGURANÇA E DEFESA ELETRÔNICA E ÓPTICA LTDA	R\$ 5.174.901,84
Segurança marítima e monitoramento ativo do tráfego aquaviário na Baía de Guanabara	Locação e manutenção de 1 (um) capilar de fibra óptica apagada entre as cabeceiras da Ponte Rio-Niterói	CONSÓRCIO INFRA BR TELECOM	R\$ 186.570,00

Contratações mais relevantes

Na área operacional, destacam-se a licitação para realização de obras de implantação do novo Portão 32 para o Porto do Rio de Janeiro e o serviço de sondagem geológica por *jet-probe* no canal derivativo do Porto de Itaguaí.

Em relação ao funcionamento administrativo, destacam-se: consultoria tributária e fiscal, auditoria independente, seguro de responsabilidade civil de Executivos (D&O), adequação da CDRJ às exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Na área de Tecnologia da Informação houve a contratação de software de gerenciamento jurídico (modalidade SaaS).

Justificativas referentes às contratações

- Garantir infraestrutura de TI satisfatória ao atendimento das atividades administrativas e jurídicas;
- Oferecer infraestrutura física adequada ao funcionamento das atividades portuárias; e
- Atender às exigências dos órgãos reguladores e se adequar às legislações mais recentes.

Conformidade legal

- Pregão Eletrônico: Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 10.024/2019;
- Dispensa de Licitação em razão do valor: art. 29, I e II, Lei nº 13.303/2016;
- Inexigibilidade de Licitação: art. 30, Lei nº 13.303/2016;
- Obras e serviços de engenharia: Lei nº 13.303/2016; e
- Regulamento de Licitações e Contratos da CDRJ (IN.GECOMP.06.001).

Objetivos estratégicos

As boas práticas de gestão de licitações e contratos objetivam criar condições para que os objetivos estratégicos da CDRJ possam ser alcançados e, dessa forma, a organização possa atingir sua missão institucional.

Desafios, fraquezas e riscos na gestão de licitações e contratos

O detalhamento da especificação com o estabelecimento dos requisitos mínimos aceitáveis e exigíveis, juntamente com sua precificação de mercado, constituem-se como grandes desafios já que norteiam todas as fases subsequentes da contratação. Além disso, a questão da sustentabilidade, sob o prisma ambiental, vem se mostrando cada vez mais presente em matéria de licitações e contratos.

Gestão Patrimonial e Infraestrutura

A responsabilidade pela gestão patrimonial no âmbito da CDRJ compete à Gerência de Gestão de Ativos Imobiliários e Patrimônio – GERAIP, auxiliada pela Supervisão de Patrimônio – SUPATR, subordinada a Superintendência de Administração – SUPADM e vinculada a Diretoria Administrativo Financeira - DIRAFI.

A GERAIP tem como atribuições principais, na gestão do patrimônio: o gerenciamento dos bens móveis e imóveis próprios e da União Federal que estão sob seu uso e guarda; o acompanhamento das comissões de avaliação para baixa, a elaboração de procedimentos e condições de venda de bens inservíveis por meio de leilão, o controle e instrução dos pagamentos de encargos relativos a imóveis e veículos (Imposto Predial sobre Território Urbano - IPTU, o Aforamento/Taxa de Ocupação, a Taxa de Prevenção e Extinção de Incêndios e o Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores – IPVA), o controle dos registros de identificação física e contábil do ativo imobilizado, a instrução pela contratação de seguros patrimonial, de veículos, de responsabilidade civil D&O e de Operador Portuário, bem como o acompanhamento das apólices, dos pagamentos de prêmios e sinistros, dos recebimentos de indenizações, dos endossos (alterações) entre outros.

Em 2020, apesar de todas as dificuldades impostas pela pandemia, a gestão patrimonial teve feitos consideráveis no cumprimento dos seus objetivos, a saber:

- redução de cerca de R\$ 800.000,00/ano na contratação do Seguro D&O com ampliação da cobertura para todos os empregados com poder de decisão;
- alienação de bens inservíveis com ganhos de receita de R\$ 1.238.900,00;
- recuperação e restauração de mobiliários; e
- realização do teste de *impairment* (por amostragem) por comissão formada de empregados, gerando economia de cerca de R\$ 50.000,00.

Já nos contratos de apoio administrativo e com mão de obra em dedicação exclusiva, considerando a redução da atuação presencial em nossas dependências, os serviços terceirizados ficaram limitados ao atendimento das atividades consideradas essenciais, em patamar mínimo para a manutenção das atividades, a exemplo de segurança patrimonial, recepção, limpeza, contínuo e motorista.

Dessa forma, realizamos proposta de redução destes contratos com a aprovação da Diretoria Executiva, sendo:

- Supressão no contrato de vigilância patrimonial em 11,52%, Contrato CDRJ nº 028/2019, junto à empresa MONITORE SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, gerando uma economia mensal de R\$ 8.268,92 e anual de R\$ 99.227,04;
- Supressão no contrato de serviço de condução de veículos por meio de motoristas em 24,98% junto à empresa MISSISSIPI EMPREENDIMIENTOS LTDA, gerando uma economia mensal de R\$ 7.539,00 e anual de R\$ 90.467,97; e
- Supressão no contrato de serviços de copeira, recepcionista e contínuos em 9,75%, junto à empresa SEGIL - SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA, gerando uma economia mensal R\$ 3.143,31 e anual de R\$ 37.719,72.

Neste ensejo, cabe informar que alguns dos contratos de apoio, como os de fornecimento de passagens aéreas e de fornecimento de combustíveis, são por demanda, assim, só pagamos o que consumimos efetivamente. Importante destacar que ambos são com taxa 0% de administração. Portanto, não se fazendo necessária a realização de um aditivo de supressão.

Assim, com as medidas de restrição para viagens comparando o período de janeiro a dezembro de 2019, cujo consumo foi de R\$535.219,59, com o mesmo período em 2020, em que o gasto foi de R\$109.152,84, houve uma economia de R\$426.066,75. Já em relação ao valor contratado, a economia foi de R\$553.462,76 (83,52%).

Em relação ao contrato de fornecimento de combustíveis, houve uma redução de 29,92% no consumo, representando uma economia de R\$ 98.032,90 no ano de 2020.



Investimentos de capital

Foram investidos R\$ 1,2 milhão em ativos, como equipamentos e licenças de software.

Desfazimento de ativos e desmobilizações

Houve R\$ 1.3 milhão em receita extra advinda da alienação de 21 lotes compostos por máquinas, equipamentos, entre outros bens inservíveis. Ressalta-se que o leilão teve como resultado a venda de 100% dos lotes disponibilizados, com um acréscimo de 17,63% em relação ao valor de avaliação inicial.

Administração predial e imobiliária

Principais custos prediais	
Serviços	Custos
Energia e Água	R\$ 6.932.763,32
Vigilância Patrimonial	R\$ 813.221,34
Limpeza	R\$ 1.801.956,46
Manutenção das instalações	R\$ 10.571.969,04
Taxas condominiais	R\$ 264.803,60
Total	R\$ 20.384.713,76

Encargos imobiliários			
Município	IPTU	Foro/Ocupação	CBMERJ
Angra dos Reis	R\$ 231.516,42*	R\$ 1.523.166,56	R\$ 11.721,93
Itaguaí	R\$ 3.497.605,65	R\$ 93.015,36	-
Niterói	R\$ 56.740,40	R\$ 220.750,91	R\$ 1.929,01
Rio de Janeiro	R\$ 4.412.111,00*	R\$ 9.668.258,04	R\$ 47.839,35
Total	R\$ 8.197.973,47	R\$ 11.505.190,87	R\$ 61.490,29
Total de encargos imobiliários		R\$ 19.764.654,63	

*Imunidade tributária atualmente reconhecida. Contudo, o entendimento ainda pode ser reformado.

Conformidade legal

A conformidade da gestão patrimonial está disposta no Instrumento Normativo 17.001 – Gerir Patrimônio e 17.002 norteado, notadamente: pelas orientações do Decreto-Lei Nº 200, de 25/12/1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências; pelo Decreto Nº 9.373 de 11/05/2018, que dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; pela Resolução ANTAQ Nº 29, de 20/05/2019, que dispõe sobre a desincorporação e transferência de bens da União sob a guarda e responsabilidade das Administrações Portuárias e dos Arrendatários de áreas e Instalações Portuárias; pela Instrução Normativa Nº 205, de 08/04/1988, que visa racionalizar, com minimização de custos, o uso de material no âmbito do SISG através de técnicas modernas que atualizam e enriquecem essa gestão com as desejáveis condições de operacionalidade, no emprego do material nas diversas atividades; bem como pela Lei Nº 13.303, de 30/06/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

LICITAÇÕES REALIZADAS

Contratos	Custos
Seguro de Veículos	R\$ 25.000,00
Seguro Operador Portuário	R\$ 59.400,00
Seguro de Responsabilidade Civil - D&O	R\$ 505.000,00
Transporte de Cargas*	R\$ 56.970,00
Contratação de Leiloeiro Oficial**	Sem custo
Total	R\$ 646.370,00

*Serviço cobrado sob demanda, sendo o valor apresentado o limite máximo de gastos.

** A remuneração do leiloeiro é de 5% do valor arrematado, pago pelo comprador.

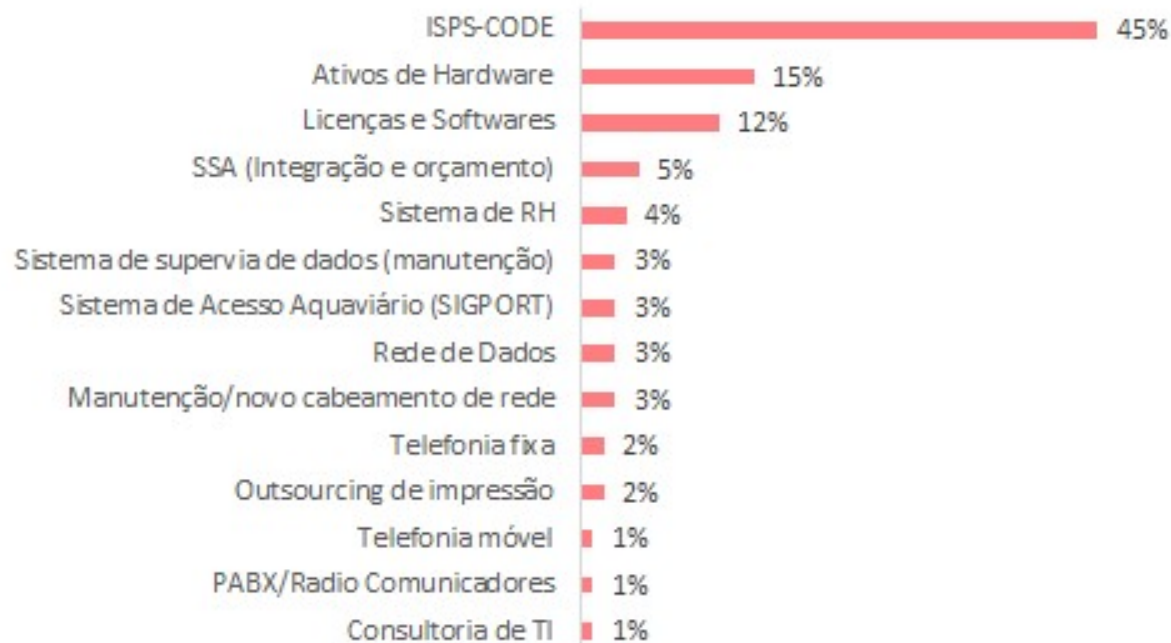
Principais desafios

- Realizar novos leilões de bens inservíveis e eliminar resíduos dos portos;
- Regularização de imóveis para subsidiar o Projeto de Desinvestimento;
- Disponibilização de áreas ocupadas irregularmente visando a celebração de novos contratos de arrendamento;
- Reconhecimento da imunidade tributária de IPTU pelos Municípios de Itaguaí e Niterói; e
- Reconhecimento do domínio pleno dos imóveis integralizados ao capital social pela União Federal.

Gestão de Tecnologia da Informação

Visão Orçamentária 2020

Recursos definidos x Recursos aplicados
(Visão Geral)



Orçamento estimado x executado

A não utilização de parte dos recursos orçamentários destinados à SUPTIN ocorreu devido a diversos fatores, com destaque especial para: (a) a necessidade de implementação, em regime emergencial, de vários recursos tecnológicos para viabilizar a continuidade das rotinas operacionais da Companhia durante as restrições ocorridas em razão da pandemia da Covid-19, como o remanejamento de links e de toda infraestrutura de TI, a fim de suportar o trabalho remoto sem perda de produtividade e acesso aos sistemas; (b) mudança, de forma emergencial, de todo o corpo técnico e toda infraestrutura de equipamentos da SUPTIN, do edifício-sede da Rua Acre, para a sede da SUPRIO; e (c) perda de efetivo técnico.

Foram encontradas dificuldades em realizar os estudos técnicos preliminares, devido à escassez de empregados qualificados na área, nos projetos de aquisição de licenças de software Microsoft, de contratação de serviço backup em nuvem, de cabeamento estruturado e de aquisição de sistema de segurança da informação.

Foi feita a redefinição de escopo de projeto para obtenção de melhor custo benefício do projeto de outsourcing de impressão.

Houve redução dos valores mensais previstos devido a multas e glosas nos seguintes contratos:

- CDRJ nº 36/2018 (Rede de dados);
- CDRJ nº 78/2018 (ISPS-Code); e
- CDRJ nº 17/2018 (Telefonia fixa).



Contratações mais relevantes relacionadas à área de TI

A SUPTIN é a responsável por prover soluções tecnológicas que garantam melhorias nos processos de negócio e otimização das atividades operacionais, agregando valor à Companhia. Nesse contexto, destacam-se os seguintes empreendimentos:

- **Ampliação do sistema financeiro SSA**

Com o contrato CDRJ nº 24/2019, foi possível a ampliação do escopo de funcionalidades do SSA, que é o sistema de gestão financeira da CDRJ, desenvolvido pela Starsoft. A integração e a sua utilização pelos quatro portos administrados pela Companhia possibilitaram a gestão incorporada do módulo de gestão orçamentária.

- **Implantação do SEI (Sistema Eletrônico de Informações)**

No ano de 2020, com a implantação do SEI, todos os processos da Companhia passaram a ser 100% em formato digital. Esse é um marco tecnológico atingido de maneira rápida e eficaz, tornando a empresa totalmente operacional em trabalho remoto, além de dar mais transparência e agilidade em todos os trâmites documentais.

- **Implantação do datacenter da SUPRIO**

No ano de 2020, todos os principais servidores e equipamentos de gerenciamento da rede da CDRJ foram migrados e de maneira compartilhada, ocupando atualmente parte do datacenter localizado no Centro de Comando e Controle da Guarda Portuária, situado no segundo andar do edifício-sede da Rua Rodrigues Alves, 20. Toda a infraestrutura de servidores e equipamentos de gerenciamento da rede foi acomodada em um ambiente adequado, com sistema de refrigeração e elétricos padronizados para o bom funcionamento dos equipamentos, além de contar com suprimento de energia emergencial por meio de gerador em caso de interrupção de fornecimento pela concessionária.

- **Implantação do ISPS-Code**

A ampliação do Sistema Integrado de Segurança possibilitou elevar os níveis de segurança portuária, com o monitoramento interno dos armazéns, das cargas e das áreas de fundeio, gerando assim um maior controle sobre as embarcações que atracam e dando possibilidades técnicas para o realfandegamento do Porto do Rio de Janeiro. Para maior visibilidade dos canais de acesso ao Porto, foram instaladas câmeras de monitoramento em locais estratégicos da Baía de Guanabara. Implementou-se também o Sistema SGAD, desenvolvido pelas empresas arrendatárias em parceria com a CDRJ, para controle de permissão e agendamento de acesso aos portos do Rio de Janeiro e Itaguaí.

Principais iniciativas - sistemas, projetos e resultados na área de TI por cadeia de valor

Em 2020, a SUPTIN deu continuidade a alguns projetos começados em 2019 e iniciou novos processos e contratações, de modo a criar uma base estrutural para projetos futuros.

Abaixo pode-se observar a cadeia de valor resultante desse período:



- **Projeto de outsourcing de impressão**

O projeto teve início em 2020, porém, indefinições relacionadas à implantação integral do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), bem como a determinação da mudança da sede da Rua Acre para o novo endereço na Rua Dom Gerardo, acabaram por gerar atrasos na finalização dos estudos preliminares, uma vez que a mudança impacta diretamente no quantitativo dos equipamentos, bem como na avaliação das estimativas do quantitativo de impressões e cópias. O novo projeto conta com equipamentos multifuncionais p/b e coloridos, além de moderno sistema de gestão de impressão.

- **Projeto de cabeamento estruturado**

A partir desse projeto, que visa modernizar e padronizar a infraestrutura cabeada de rede corporativa, será possível atender às diversas exigências da CDRJ, tais como: (a) centralizar a comunicação com os relógios de ponto da Companhia; (b) utilizar aplicações distribuídas, permitindo que diversas aplicações sejam utilizadas em qualquer parte da empresa, como o SSA, o GED e os sistemas de operação portuária; e (c) modernizar o sistema de telefonia fixa da CDRJ e melhorar o tráfego de informações na rede de dados, garantindo maior agilidade no acesso as informações.

O projeto foi iniciado em 2019, porém acabou sofrendo atrasos em razão de diversas alterações nas estruturas físicas de algumas localidades que acarretaram mudanças significativas no projeto, além do surgimento de prioridades operacionais para atender as condições de trabalho remoto. Desta forma, devido ao atraso na conclusão dos estudos preliminares, o projeto não foi adiante.

- **Projeto de segurança**

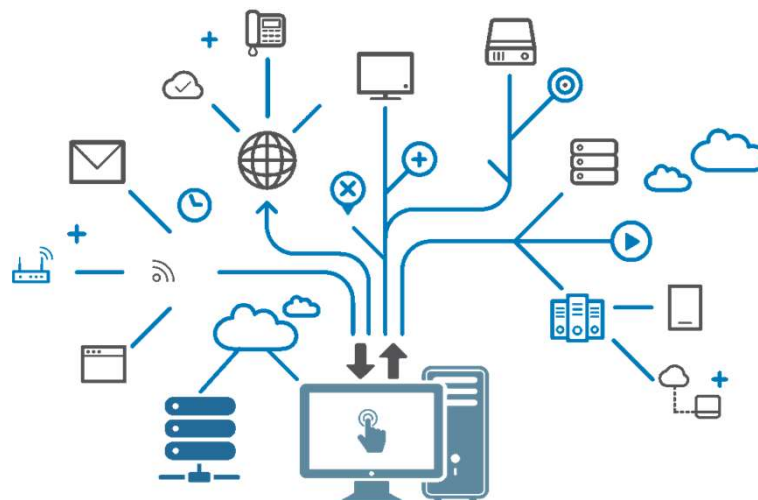
Sabe-se que as novas tecnologias têm propiciado um acesso indiscriminado à informação. Com isso, os órgãos reguladores têm visto a necessidade de se criar normas que estabeleçam critérios rigorosos para o acesso e a manutenção de informações em seus sistemas. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, regula o tratamento de dados de pessoas físicas em ambientes corporativos. Para que a CDRJ se adeque às determinações desse regulamento, será necessário realizar um estudo prévio para avaliar a necessidade de aquisição de hardwares e softwares de segurança, auditoria e monitoramento, além de customizações em seus sistemas e serviços específicos. A SUPTIN está aguardando o relatório final da consultoria especializada que foi contratada para direcionar seu projeto de segurança.

- **Macroprocessos de sustentação**

Em diversas situações, os projetos da área de TI demandam, desde a sua concepção à implementação, tempo superior a um ano. Desta forma, fica inviável avaliar resultados significativos no exercício de 2020 para a maioria dos casos devido ao fato de ter sido um ano completamente atípico no cenário mundial com o curso da pandemia do coronavírus.

Nesse contexto, destacamos que ações importantes foram realizadas e deram sustentação a operacionalidade da Companhia, sem comprometer a produtividade. Dentre elas estão a ampliação do ISPS-Code, atendendo às exigências tecnológicas da RFB para o realfandegamento do Porto do Rio de Janeiro e dando maior segurança e visibilidade da área molhada e canal de acesso ao Porto do Rio de Janeiro, a mudança do Datacenter para SUPRIO, grandes progressos na ampliação do Sistema Financeiro SSA, a implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) em tempo bastante reduzido, possibilitando o trâmite de processos de maneira mais eficiente, além da contratação e início da implementação do novo sistema de Recursos Humanos, a fim de substituir o uso da plataforma MS Access.

É importante salientar ainda que, devido à interdependência entre hardware, software e infraestrutura de rede, a geração de resultado na área de TI ainda necessita de diversas contratações, permitindo assim, atender o grande crescimento da demanda tecnológica que vem acontecendo na CDRJ e que, para o pleno funcionamento das novas soluções, há necessidade de elaborar um cronograma de implantação definido em conjunto com todas as áreas demandantes da Companhia.



Segurança da informação

A segurança da informação pode ser entendida como um conjunto de ações que assegura a conservação da confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação. Nesse contexto, podemos destacar as seguintes ações realizadas no âmbito da SUPTIN:

- Implantação dos novos equipamentos de segurança (firewalls) adquiridos em 2018, de modo a proporcionar maior controle sobre o acesso à rede corporativa da CDRJ. Para isso, foi necessário realizar uma reestruturação na rede lógica da Sede e da SUPRIO, tornando-as mais gerenciáveis e escaláveis;
- Implantação de sistema automatizado de backup na SUPRIO, a partir da aquisição já mencionada dos equipamentos definidos no Contrato CDRJ nº 79/2018; e
- Contratação de assinaturas de e-mail em nuvem, viabilizando, assim, a migração do sistema de e-mail corporativo para o ambiente de *cloud*, proporcionando disponibilidade do serviço a qualquer tempo e de qualquer lugar. O processo de contratação foi concluído no final do exercício de 2019 e foi completamente implementado em 2020.

Principais desafios e ações futuras

Apesar dos esforços envidados, tanto a infraestrutura de TI quanto as soluções de sistemas da CDRJ ainda carecem de melhorias significativas. Em linhas gerais, elaborar os projetos necessários ao avanço tecnológico e manter e prestar os serviços informatizados já existentes, com o atual efetivo técnico, tem sido o maior desafio da Superintendência de Tecnologia da Informação.

Nesse ínterim, podemos destacar a seguinte ação em andamento:

- Projeto de backup e replicação em nuvem, que tem como objetivo manter as principais soluções tecnológicas de TI íntegras e disponíveis para seus usuários, independentemente de falhas técnicas do ambiente interno.



Sustentabilidade Ambiental

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

A gestão socioambiental é um conjunto de programas e práticas administrativas e operacionais voltados à proteção do ambiente e à saúde e segurança dos trabalhadores, usuários e da comunidade. Nesse sentido, buscando ações, projetos e planos que possam mitigar os impactos, a CDRJ possui diversos projetos de responsabilidade socioambiental, que envolvem os atores dos portos por ela administrados e as comunidades dos seus entornos, em sua maioria, realizados em parceria com as empresas arrendatárias dos terminais.



Com a cobrança da sociedade e as mudanças na legislação, a sustentabilidade começou a pesar na decisão dos gestores, tornando premente a necessidade de se implantar uma governança socioambiental e aceitar a sua importância para a organização. Ao desenvolver ações integradas e vinculadas aos ESGs, prática adotada por Autoridades Portuárias de excelência, a Companhia busca garantir sua adequação aos padrões mundiais de sustentabilidade, saúde e segurança do trabalho, que também atendem às exigências legais dos órgãos ambientais e dos órgãos de controle, com o intuito de tornar esse um diferencial competitivo perante o mercado e um dos principais atrativos de novos negócios, visando ser referência regional no tema, no seu segmento de atuação.

Desenvolvimento sustentável

A área de Meio Ambiente da CDRJ fez um trabalho para reposicionamento interno buscando se adequar às melhores práticas do mercado, tendo em vista que a política socioambiental da Companhia não estava verticalizada e integrada ao planejamento, nem se trabalhava com uma equipe multidisciplinar que atendesse a todas as frentes necessárias. Desta forma, a área de sustentabilidade reestruturou seus processos e suas atribuições regimentais, com o objetivo de disseminar os princípios de ESG (*Environmental, Social and Corporate Governance*) e integrar de forma matricial o planejamento das ações e projetos, com vistas ao objetivo de que seja alcançado o conceito de “green port”.

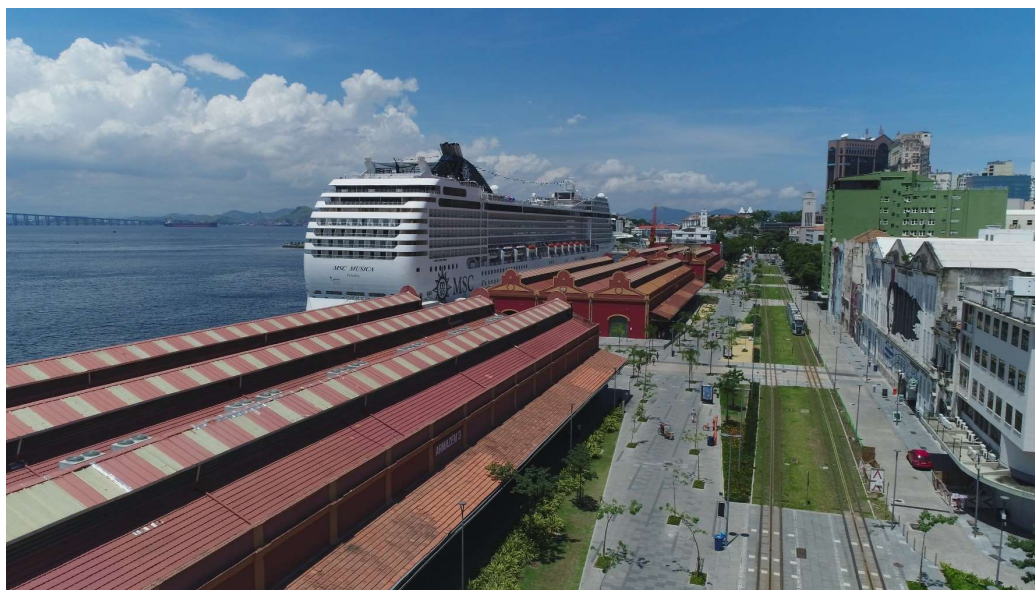


Nesse processo, a CDRJ busca estar alinhada com os princípios de desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, com ações e processos de trabalho com uma abordagem holística e integrada, de respeito ao meio ambiente e com o olhar voltado ao desenvolvimento socioeconômico no seu entorno.

Cargas maiores, porém com navios modernos e eficientes, não representam uma ameaça à sustentabilidade ambiental, desde que acompanhados de uma infraestrutura adequada e moderna. Como citado anteriormente, a Companhia está buscando a implementação de uma política socioambiental verticalizada e integrada ao seu planejamento corporativo, com uma equipe multidisciplinar que atenda a todas as frentes necessárias, inclusive a operação e infraestrutura portuária.

Fortalecer a relação Porto X Cidade

Com a expansão e desenvolvimento das operações portuárias, passa a haver constantes conflitos de interesses. Por isso, é de suma importância que a administração portuária mantenha uma relação saudável com a cidade. Não se pode planejar o desenvolvimento dos portos sem considerar os impactos sociais, ambientais e culturais.



O Convênio de Cooperação Técnica com a Reciclaporto foi renovado por mais um ano. Por meio deste convênio haverá a busca por ações e projetos conjuntos de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental entre seis instituições federais localizadas na região portuária do Rio de Janeiro. Para tal, são realizadas reuniões periódicas entre os coordenadores a fim de viabilizar as ações.

A interação do porto com as empresas arrendatárias e as comunidades dos entornos também é fator primordial para este novo cenário. Por essa razão, a Superintendência de Sustentabilidade do Negócio e suas Gerências têm buscado ações conjuntas para melhorar a qualidade ambiental das operações portuárias, realizando reuniões de alinhamento periódicas com os *stakeholders* dos portos administrados pela CDRJ.

Licenciamento ambiental

O aperfeiçoamento da gestão ambiental por parte das autoridades portuárias se tornou uma meta mensurável por indicadores objetivos. O licenciamento ambiental representa um dos principais pontos de análise da ANTAQ no Índice de Desempenho Ambiental – IDA.

Por essa razão, a partir do último trimestre de 2020, foi intensificado o relacionamento entre as áreas técnicas de Sustentabilidade da CDRJ e do órgão responsável pelo licenciamento ambiental no estado do RJ. A partir dessa aproximação, se estabeleceu um plano de trabalho visando à obtenção da Licença do Porto do Rio e a renovação das licenças dos Portos de Niterói, Angra dos Reis e Itaguaí.

O ano da mudança

Durante a pandemia de Covid-19, que se iniciou no ano de 2020, grandes mudanças foram enfrentadas em relação às questões de segurança à saúde dos trabalhadores. Foram adotados todos os protocolos de prevenção para as equipes das áreas operacionais, estabelecidos de acordo com as recomendações dos órgãos competentes, e adotadas medidas de isolamento social para as equipes das áreas de *backoffice*.

A tecnologia, como aliada da gestão, certamente é um dos maiores legados advindos da pandemia de Covid-19 e das restrições que ela impôs à Companhia. A CDRJ buscou um alinhamento interno e está trabalhando para a regulamentação do trabalho remoto, seguindo a tendência mundial corporativa.





Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis



Gestão Orçamentária e Financeira

O decreto nº 10.168/2019 aprovou o Programa de Dispêndios Globais – PDG/2020, alterado pela Portaria do Ministério da Economia nº 407/2020. O Orçamento de investimentos (total das despesas de capital) foi aprovado pela lei nº 13.978/2020 (LOA/2020) e está contido no PDG.

Nos quadros a seguir, estão apresentados os resumos das receitas e das despesas aprovadas e executadas.

Em mil R\$

2020 – PROGRAMADO	Receitas	Despesas
Próprias	635.089	606.638
Participação da União no Capital (Investimentos)	56.321	84.772
TOTAL	691.410	691.410

Em mil R\$

2020 – EXECUTADO	Receitas	Despesas
Próprias	680.894	539.116
Participação da União no Capital (Investimentos)	0	6.777
TOTAL	680.894	545.893

Receitas correntes – análise do faturamento

A execução da Receita Corrente Operacional corresponde a um faturamento de R\$ 661,7 milhões, atingindo 113,7% do valor programado para o exercício, além de R\$ 19,2 milhões referente ao ressarcimento de despesas com pessoal cedido a outros órgãos, perfazendo uma Receita Total de R\$ 680,9 milhões. O aumento mais relevante aconteceu no Porto de Itaguaí, com um crescimento de 48,7% em relação ao mesmo período de 2019. A alta foi ocasionada pelo aumento no preço do minério de ferro e o aumento da sua exportação. A commodity alcançou uma alta de 74% no ano, sustentado pela demanda chinesa.

No quadro a seguir, são apresentadas as receitas totais faturadas por porto.

PORTOS	Em R\$ mil			
	2019	2020	Diferença	Varição
RIO DE JANEIRO	224.653	223.779	-874	-0,4%
NITERÓI	6.582	7.819	1.237	18,8%
ANGRA DOS REIS	4.350	3.642	-708	-16,3%
ITAGUAÍ	286.771	426.500	139.729	48,7%
RECEITA CORRENTE OPERACIONAL	522.356	661.739	139.383	26,7%

Evolução da execução das despesas - 2016-2020

	Em mil R\$				
	2016	2017	2018	2019	2020
Correntes	399.184	435.361	465.504	459.364	539.116
Capital	136.281	28.122	26.297	18.838	6.777
TOTAL	535.465	463.483	491.801	478.202	545.893

Visando aperfeiçoar o planejamento financeiro, buscando o equilíbrio do mesmo, a Companhia priorizou ações no sentido de efetuar o pagamento de condenações judiciais, o que reduziu o volume de bloqueios judiciais das contas-correntes. Com o intuito de equacionar a situação financeira e fiscal, procedeu à regularização de tributos inscritos em dívida ativa e dos contratos de cessão de créditos, propondo parcelamentos junto aos órgãos competentes. Esses fatores concorreram para o aumento das despesas correntes em 2020.

Execução 2020 – por grupo de despesas

Em R\$

GRUPOS DE DESPESA	Programado	Realizado	%
PESSOAL	362.129.514	323.955.757	89,5%
DIRIGENTES	3.265.580	1.912.329	58,6%
CONSELHOS E COMITÊS			
ESTATUTÁRIOS	863.494	564.956	65,4%
MATERIAIS E PRODUTOS	599.684	248.648	41,5%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	34.527.644	24.304.032	70,4%
TRIBUTOS	84.170.777	81.894.540	97,3%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	121.081.184	106.235.880	87,7%
TOTAL DE DISPÊNDIOS CORRENTES	606.637.876	539.116.141	88,9%

As Despesas com Pessoal representaram uma redução de 10,5% em relação ao valor programado, motivado principalmente pela implantação do Programa de Demissão Voluntária – PDV, que terá os seus reflexos efetivados integralmente em 2021. Nos grupos de Materiais e Produtos e Serviços de Terceiros verifica-se uma redução de despesas em razão da menor demanda de serviços de manutenção em razão da implantação do teletrabalho principalmente no segmento administrativo da empresa. Os Tributos e as Outras Despesas Correntes acompanharam a margem de projeção, mantendo-se dentro das expectativas programadas.

Resultado orçamentário corrente – 2019/2020

O quadro a seguir apresenta o resultado orçamentário entre as receitas correntes (geração própria) e as despesas correntes e de investimentos com recursos próprios. Os investimentos realizados pela União não são apresentados neste quadro.

	Em R\$	
	2019	2020
RECEITA FATURADA	544.758.410	680.894.077
DESPESAS PRÓPRIAS	459.364.301	541.069.346
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	85.394.109	139.824.731

Desempenho orçamentário – análise da execução

A execução orçamentária de 2020 mostrou um desempenho onde pode ser constatada a redução dos custos fixos, principalmente nos gastos com pessoal, material e serviços, em grande parte decorrentes dos planos de reestruturação financeira e de redução de despesas, concorrendo para a realização de pagamentos de dívidas tributárias, judiciais e contratuais.

No lado dos gastos totais verifica-se um aumento de cerca de 18% em relação a 2019, com ações de saneamento das dívidas da empresa, tendendo a reduzir o passivo adquirido no curto e médio prazo.

As receitas correntes totais cresceram 25%, impulsionadas, principalmente, pela alta do minério de ferro no mercado internacional, pela variação cambial com desvalorização do Real frente ao Dólar e pelo aumento da movimentação de cargas de 4,2% em relação a 2019, fatores que impactaram as receitas do Porto de Itaguaí.

Como resultado do aumento das receitas e redução de despesas apresentado, a CDRJ fechou o exercício com um superávit orçamentário de R\$ 139,8 milhões.

Orçamento de investimentos – ações e projetos

O Orçamento de Investimentos da CDRJ é dividido em dois programas constantes no Plano Plurianual 2020-2023:

- Programa 2086 – Transporte Aquaviário; e
- Programa 0807- Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais.

O Programa 2086, que executou R\$ 4,8 milhões em 2020, contempla, dentre outros, o Projeto de Implantação dos Sistemas de Apoio e Gestão de Tráfego de Navios – VTMISS, Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos, Adequações das instalações gerais e de suprimentos nos Portos do Rio de Janeiro e Itaguaí, Implantação do sistema de sinalização náutica, Reforço Estrutural do Cais da Gamboa e Estudos para o Planejamento do Setor portuário.

O Programa 0807, que executou R\$ 1,9 milhão em 2020, inclui investimentos continuados para a manutenção de bens móveis e imóveis, inclusive de tecnologia da informação.

0807 – Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	Aprovado	Executado
Recursos Próprios	R\$ 13.590.088	R\$ 1.933.879
Total (R\$)	R\$ 13.590.088	R\$ 1.933.879

2086 – Programa Transporte Aquaviário	Aprovado	Executado
Recursos Próprios	R\$ 14.860.617	R\$ 19.326
Recursos do Tesouro	R\$ 61.319.631	R\$ 4.824.226
Total (R\$)	R\$ 76.180.248	R\$ 4.843.552

Desafios e ações futuras

- Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira na CDRJ, modernizando e integrando os sistemas de planejamento, registro e controle dos dados contábeis; e
- Desenvolver com o apoio da Fundação Luiz Englert a modelagem de custeio baseado em atividades portuárias.

Informações Contábeis do Exercício 2020

As Demonstrações Financeiras de 2020 apresentam os seguintes saldos:

Em mil R\$

	2020	2019
Ativo Circulante	130.502	91.321
Ativo Não Circulante	1.783.591	1.891.335
Passivo Circulante	275.169	382.156
Passivo Não Circulante	2.315.063	2.275.611
Patrimônio Líquido	-676.139	-675.111
Receita Operacional Líquida	590.519	460.694
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	161.034	1.063.982
Resultado Financeiro	-175.287	-116.090
Resultado Líquido	-14.253	947.892

A Receita Operacional Líquida registrou aumento de 28,18% em 2020, variação superior aos custos aplicados, os quais ficaram 10,60% acima daqueles registrados no exercício de 2019, principalmente, pela redução dos custos com pessoal e encargos em 7,52%.

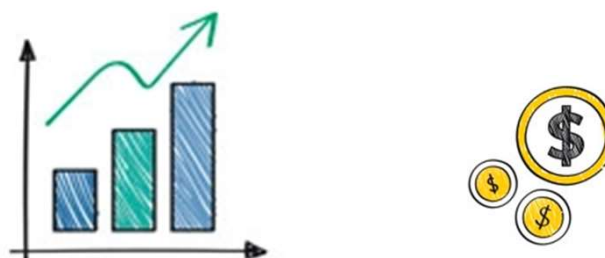
O Resultado Operacional Líquido de 2020 foi impactado, principalmente, pelo resultado financeiro negativo, que apresentou aumento de 50,99%.

A piora no resultado financeiro é consequência da redução de 58,58% na receita e aumento de 16,60% na despesa financeira. A redução significativa da receita financeira é justificada pelos resgates expressivos de depósitos judiciais, no exercício de 2019, o que, na ocasião, ocasionou o registro da receita acima dos valores habituais. No exercício de 2020, o saldo voltou ao seu patamar considerado normal.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1975 e com os Pronunciamentos Contábeis, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, criado pela Resolução nº 1.055/05 do Conselho Federal de Contabilidade.

A responsabilidade dos dados contábeis é da Gerência de Contabilidade, comandada pelo contador Eduardo Pires Soares, cuja atuação compreende o período de 13 de junho de 2018 até a presente data.

A equipe da Gerência de Contabilidade, além do contador responsável, conta com sete outros contadores e um técnico em contabilidade. Em 2020, o cargo de contador responsável substituto era ocupado pelo Sr. Reginaldo Gomes de Lima.



O relatório da auditoria independente, acerca das Demonstrações Financeiras de 2020, concluiu que, exceto pela ressalva apontada, as demonstrações apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Segue abaixo a transcrição da única ressalva no relatório da auditoria independente, quanto às Demonstrações Financeiras de 2020:

2.1. Contas a receber de partes relacionadas

Conforme nota explicativa nº 09, a Companhia possui contabilizado em contas a receber de partes relacionadas, no ativo não circulante, o montante de R\$ 293,215 milhões. Este valor teve origem em um aumento de capital realizado pelo acionista controlador, para fazer frente a obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que por fim não foram realizadas. Por solicitação, a administração da Companhia fez devolver esse valor ao acionista controlador, que teve sua contrapartida contabilizada indevidamente em contas a receber, quando deveria ter sido baixado do capital social do acionista controlador. Conseqüentemente o ativo e o patrimônio líquido da Companhia estão superavaliados em R\$ 293.215 milhões.

Para sanar a ressalva, a Assembleia de Acionistas deverá homologar a redução do capital social, relativo ao montante devolvido, após edição de decreto presidencial. A CDRJ protocolou no Ministério da Infraestrutura, em 15 de setembro de 2020, toda a documentação necessária à redução do capital, incluindo a minuta de exposição de motivos e do decreto presidencial.

A auditoria foi realizada pela empresa Audimec – Auditores Independentes S/S – EPP, nos termos do Contrato CDRJ nº 032/2020.

A íntegra das Demonstrações Financeiras e das Notas Explicativas podem ser acessadas na página eletrônica da CDRJ, no caminho: Institucional/Informações Adicionais/Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras.



Anexos e Apêndices



Informações adicionais disponíveis à sociedade

- 1- Órgãos Colegiados <http://www.portosrio.gov.br/node/show/313>
- 2- Auditoria <http://www.portosrio.gov.br/node/show/283>
- 3- Receitas e Despesas <http://www.portosrio.gov.br/node/show/14>
- 4- Licitações e Contratos <http://www.portosrio.gov.br/node/show/15>
- 5- Serviço de Informação ao Cidadão <http://www.portosrio.gov.br/node/show/19>
- 6- Plano de Desenvolvimento e Zoneamento <http://www.portosrio.gov.br/node/show/35>
- 7- Arrendamentos <http://www.portosrio.gov.br/node/show/566>



ENCONTRE A CDRJ
R. Acre, 21 - Centro,
Rio de Janeiro - RJ, 20081-000
(21) 2219-8600



NA INTERNET
www.portosrio.gov.br



OUVIDORIA
www.portosrio.gov.br/ouvidoria-geral

Responsável:

Luis Cesar Silveira - Superintendente de Gestão Estratégica - Substituto

Elaboração:

Fabia Monteiro - Gerente de Planejamento Estratégico e Projetos
Ana Claudia da Silva - Assessora do Diretor-Presidente

Apoio:

Ingrid Medeiros - Assessora do Diretor-Presidente
Elisiany Moreira - Assessora de Comunicação

